



RELATÓRIO E CONTAS

2014



ÍNDICE

I. APRESENTAÇÃO.....	3
II. ENQUADRAMENTO DA AÇÃO.....	4
III. ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS.....	5
IV. APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS.....	9
V. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO.....	17
VI. APOIO SOCIAL AOS MEMBROS.....	35
VII. CONSELHO DISCIPLINAR.....	39
VIII. COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO.....	49
IX. DEPARTAMENTOS DA ORDEM E SERVIÇOS.....	52
X. RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	58
XI. CONCLUSÕES.....	59
XII. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	61
XIII. BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	70
XIV. ANEXO.....	73
XV. PARECER DO CONSELHO SUPERIOR.....	92
XVI. RELATÓRIO ANUAL DA ATIVIDADE FISCALIZADORA DE 2014.....	95
XVII. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	100
XVIII. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	102



I. APRESENTAÇÃO

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, nos termos da Lei n.º 2/2013, é uma Pessoa Coletiva de Direito Público e, conseqüentemente, com deveres e direitos, não só os que se encontram definidos no seu Estatuto, mas também emergentes do interesse público que lhe é reconhecido.

Um dos mais importantes é a transparência que tem obrigação de demonstrar nos seus atos, comprovando o respeito pela gestão do dinheiro dos seus membros, dado que nunca recebeu, não recebe e esperamos nunca necessitar de receber qualquer dotação pública, isto é, dinheiro dos impostos de todos os cidadãos.

Um dos atos mais nobres do desempenho de funções públicas é, de forma clara e transparente, apresentar contas aos interessados na gestão da instituição e mesmo àqueles que nela não estejam interessados, para que vejam comportamentos e decisões que sirvam de exemplo para a gestão da causa pública.

Na nossa tradição cultural temos, por hábito, valorizar mais acentuadamente os documentos previsionais, isto é, plano e orçamento, relegando para segundo plano a apresentação das contas e relatório de gerência.

Como documentos previsionais que são, aqueles documentos não passam de intenções, mas o relatório e as contas são factos que aconteceram e que nos permitem avaliar os desvios verificados, as dificuldades sentidas na sua execução, bem como a forma como fomos capazes de contornar as situações adversas com que, eventualmente, nos confrontamos.

Prestar contas não é apenas relatar, descrever de forma impessoal, factos ou situações que aportaram à gestão. É muito mais do que isso. É ter a humildade de partilhar, dividir, relatar as experiências vividas, entendê-las no contexto próprio da instituição relatada e projetar no futuro as conseqüências da gestão.

É, em nosso entender, o ato mais nobre associado à gestão, pois se numa eleição somos escolhidos de entre os concorrentes, numa discussão do orçamento e plano, fazemos vingar as nossas ideias e visões de um futuro próximo, na prestação de contas vimos aferir, comprovadamente, se fomos capazes de concretizar as ideias, realizar os projetos, justificar porque o não conseguimos ou os desvios que entretanto se verificaram.

É neste momento que temos de mostrar a humildade de reconhecer se nos enganamos, se fizemos tudo aquilo que esteve ao nosso alcance para concretizar o que prometemos. É exatamente isso que, junto de todos os membros, num espírito de missão, aqui vimos fazer e que procuramos descrever da forma que a seguir apresentamos.



II. ENQUADRAMENTO DA AÇÃO

O ano de 2014, não se pode dizer que foi de facilidades, desde logo pelo melindre das decisões que foi necessário tomar quanto a significativos investimentos que a Ordem decidiu empreender na construção de dois centros de formação, em Lisboa e Porto.

A crescente credibilidade que a Ordem tem vindo a conquistar nas organizações internacionais exige dela uma maior permanência e acompanhamento da vida dessas instituições, o que tem obrigado a maior disponibilidade, maiores gastos com estadias e deslocações e um mais acentuado acompanhamento e conhecimento dos projetos em curso.

A insensibilidade revelada pelo Ministério das Finanças quanto à defeituosa funcionalidade do Portal das Finanças foi um outro acontecimento que exigiu de nós uma tomada de posição firme contra a inconsciência dos responsáveis pelo seu funcionamento.

A opção pelos investimentos exigiu um estudo aprofundado da oportunidade e sustentabilidade das ações a implementar, bem como quanto à oportunidade dos gastos, tendo-se concluído, em assembleia geral, pela sua execução, o que em nosso entender, num futuro muito próximo, nos possibilitará uma profunda alteração de gestão, possibilitando-nos a conversão de gastos em investimentos.

Nas organizações internacionais, a Ordem, de forma lenta, mas decididamente segura, vai conquistando uma posição e um papel que a profissão nunca viveu em toda a sua história.

O Portal das Finanças exigiu-nos a tomada de medidas verdadeiramente extraordinárias na defesa dos profissionais, nomeadamente, pela primeira vez na profissão, a apresentação de uma providência cautelar nos tribunais administrativos, quanto à exigência da funcionalidade do portal e ao impedimento de aplicação de coimas às situações de incumprimento por efeito do mau funcionamento do Portal.

Variando, como é evidente, conforme as características das situações, procuramos encontrar junto dos profissionais as respostas adequadas para os problemas que nos afligiram, como foi o caso da assembleia geral, no auditório da Faculdade de Medicina Dentária, da Universidade de Lisboa, quanto às medidas a tomar sobre o Portal das Finanças, ou aquando da decisão do investimento, na assembleia geral realizada no mesmo auditório.

É perfeitamente natural que, se fossem outros os atores, poderiam ser outras as decisões. Mas a verdade é que a questão não reside na diferenciação das decisões, mas sim na legitimidade de quem as toma. E essa legitimidade em



instituições democráticas só o voto confere. Estamos, pois, perante factos em que, na conciliação da oportunidade, da responsabilidade e da legitimidade, tem que imperar a consciência. Por outras palavras, a nossa forma de estar perante as coisas e a sociedade. E essa está em paz. Em paz porque fizemos tudo o que nos foi possível para desempenhar de forma consciente e eficaz a missão que pelo voto nos confiaram.

É nessa consciência, com a paz que só o dever cumprido confere, que desde o mais insignificante ato, até ao que de mais nobre se possa classificar, em todos eles, o nosso empenhamento foi no sentido de uma profissão mais credibilizada e mais respeitada.

São palavras, elas mesmo transmissoras de estados de espírito, mas elas são também a expressão do possível que, para serem plenamente compreendidas e enquadradas, é necessário serem contextualizadas, o que só é possível pelo conhecimento profundo das condições em que a ação se desenvolve, como se encontra a instituição organizada, que dimensão e preocupações tem, ou seja, aquilo que é a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

III. ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas é uma associação pública de regulação profissional, detendo a forma de pessoa coletiva de Direito Público.

Foi criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, tendo no domínio da regulação profissional a categoria de ordem profissional.

A sua função, nos termos definidos nos normativos indicados, é regular e disciplinar o exercício dos profissionais da Contabilidade e Fiscalidade, designados por técnicos oficiais de contas.

Para o desempenho das funções que legalmente lhe são cometidas, a Ordem conta com 114 colaboradores e 25 membros dos órgãos sociais. Destes, 13 exercem funções permanentes na Ordem no âmbito das suas atribuições específicas ou em colaboração permanente com o Bastonário e Conselho Diretivo.

Tem a sua sede em Lisboa, na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45 e tem representações em Braga, Vila Real, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém, Setúbal, Castelo Branco, Faro, Funchal e Ponta Delgada, sendo os espaços físicos onde funcionam propriedade da Ordem, exceto o de Ponta Delgada, que é arrendado.



A sua organização encontra-se estruturada da seguinte forma: departamento de Funcionamento, departamento Jurídico, departamento de Consultoria, departamento de Comunicação e Imagem, departamento de Sistemas de Informação, departamento de Apoio aos Órgãos e serviços de Tesouraria, serviços de Contabilidade e serviços de receção e expedição de correspondência. Existe ainda um serviço de apoio ao Bastonário constituído por três assessores.

A Ordem cumpre a sua missão através do desempenho das funções específicas de cada órgão, estatutariamente definidas, sendo:

a) Assembleia Geral

É o órgão máximo da Instituição, competindo-lhe, nos termos do Estatuto, os máximos poderes, nomeadamente a sua extinção. É constituída por todos os membros no pleno exercício dos seus direitos.

Em 2014 reuniu por quatro vezes:

- Em março, para aprovação do Relatório e Contas do exercício do ano de 2013;
- Em abril, para analisar os procedimentos a adotar pela profissão perante o defeituoso funcionamento do Portal das Finanças;
- Em junho, para analisar o projeto de investimento a efetuar pela Ordem no montante de 12 milhões de euros;
- Em dezembro, para analisar e votar o plano de atividades e orçamento para 2015.

A mesa da Assembleia Geral tem a seguinte composição:

Presidente | Manuel António dos Santos;

Vice-presidente | Rui Fernando da Silva Rio;

1.ª secretária | Maria Leonor Fernandes Ferreira;

2.º secretário | António Carvalho Martins;

1.º suplente | Manuel Madeira Teixeira;

2.º suplente | Isabel Rosa Martins Cunha.

b) Bastonário

As competências do Bastonário encontram-se definidas no Estatuto mas, em termos gerais, a exemplo do que ocorre noutras ordens, é o máximo responsável pela gestão da instituição, competindo-lhe, de entre outras funções, a representatividade em juízo, ou fora dele, da Ordem e dos profissionais.



A sua ação, aos mais diversos níveis, no plano nacional ou internacional, tem sido de representação e tem participado, para além das funções normais decorrentes da atividade da Ordem, em diversos encontros nacionais e internacionais.

O cargo, desde a criação da instituição, é desempenhado por António Domingues de Azevedo.

c) Conselho Superior

O Conselho Superior é um órgão consultivo do Bastonário e do Conselho Diretivo, tem como função ser auscultado e dar parecer sobre a estratégia global da Ordem e emitir parecer sobre o plano de atividades e orçamento, bem como sobre o relatório e contas.

No cumprimento da sua missão, reuniu nos termos estatutários, tendo acompanhado a evolução da Ordem e da profissão no decurso de 2014.

Foi ouvida, a solicitação do Bastonário, quanto ao mérito e oportunidade do investimento a realizar pela Ordem, tendo emitido parecer favorável.

Participou em diversos eventos, nacionais e internacionais, promovidos ou participados pela Ordem.

O saber acumulado da grande maioria dos seus membros constitui a garantia de segurança, sensatez e bom caminho que a Ordem deve seguir.

É composto pelos seguintes membros:

Presidente | António Domingues de Azevedo;

Vogal | Filomena Maria Felgueiras Abreu Lima Moreira;

Representante do Norte | José Alberto Pinheiro Pinto;

Representante do Centro | José Neves Raimundo;

Representante do Sul | António Manuel dos Santos Nabo;

Representante da R. A. da Madeira | Carlos Pinto;

Representante da R.A. dos Açores | Fernando Manuel Botelho Andrade;

1.º cooptado | António José Alves da Silva;

2.º cooptado | João Lopes Ribeiro;

3.º cooptado | Avelino Azevedo Antão;

4.º cooptado | Leonel da Silva Pontes.



d) Conselho Diretivo

O Conselho Diretivo é o órgão, por excelência, responsável pela implementação da estratégia definida pelos competentes órgãos e seu correspondente funcionamento, sendo-lhe atribuídas amplas competências, na definição da forma de funcionamento da instituição.

É composta pelos seguintes elementos:

Presidente | António Domingues de Azevedo;

Vice-presidente | Filomena Maria Felgueiras Abreu Lima Moreira;

1.º vogal | Ezequiel António Nunes Fernandes;

2.º vogal | Cláudia Isabel Afonso dos Santos;

3.º vogal | Manuel Vieira de Sousa;

4.º vogal | Rosa Teresa Reis Pinto Santos;

5.º vogal | José Carlos Cardoso Marques;

1.º suplente | Maria José da Silva Fernandes;

2.º suplente | Rui Alberto Machado de Sousa;

3.º suplente | Artur Maria da Silva;

4.º suplente | Elmano Fernandes.

e) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como missão, nos termos do Estatuto, fiscalizar as contas da Ordem e garantir a fidelização das demonstrações financeiras, isto é, garantir a sua coerência com a realidade patrimonial da instituição, para além das demais funções que lhe estão atribuídas. Nos termos destas, elaborou o parecer quanto ao relatório e contas do ano de 2013, bem como os pareceres que lhe foram solicitados pelo Conselho Diretivo e pronunciou-se sobre o plano de atividades e orçamento para 2015.

É composto pelos seguintes elementos:

Presidente | António Joaquim Fernandes Cerqueira;

1.º vogal | Rita Gonçalves Cordeiro;

2.º vogal | Tomás Pires Vieira dos Santos;

1.º suplente | Manuel de Sousa Seiça;

2.º suplente | Maria de Lurdes Rebelo Marques.



f) Conselho Disciplinar

Ao Conselho Disciplinar, em termos genéricos, compete-lhe a gestão da ética e deontologia que os profissionais devem observar no exercício da profissão, através da aplicação da disciplina.

É composto pelos seguintes elementos:

Presidente | Armando Pereira Marques;

1.º vogal | Alberto Carlos Morais Braz;

2.º vogal | José Albino Prodêncio;

1.º suplente | António Lopes Marques;

2.º suplente | José Manuel da Veiga Pereira.

Assim, com esta estrutura associativa e a organização descrita, no decurso do ano de 2014, procuramos responder às multifacetadas necessidades dos profissionais que se materializaram nas seguintes ações:

IV. APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS

Os padrões de rigor e qualidade com que permanentemente incitamos os nossos membros, exigem não só uma sociedade que os compreenda e os exija, mas também a criação e desenvolvimento de uma forte vontade de prosseguir naqueles objetivos.

Hábitos seculares de facilitismo e um conceito permissivo não são bases promissoras para acatar ideias de rigor, tendo como consequência a não-diferenciação de quem se esforça neste domínio.

Sabemo-lo, não só por intuição, mas também de experiência feita, que as bases perenes de desenvolvimento de uma profissão com as características da nossa, deve, sob pena de definhamento, ter como primeira preocupação um trabalho de rigor e perfeição.

Sabendo que estas coisas soam muito bem é preciso, no entanto, dar-lhes expressão prática, o que exige uma permanente atenção não só na evolução de ideias, ferramentas e doutrinas inerentes ao exercício da nossa profissão, mas também criar condições para as implementar no nosso dia-a-dia.

Conscientes que o conhecimento não é algo que surja do nada, continuamos a implementar uma política gradual, de passo a passo, de forma a consolidar os conhecimentos e aprofundá-los.



Sabemos que a perfeição é uma utopia, mas temos consciência que os esforços para a atingir, são uma realidade. Por isso, tendo em vista tais desideratos, servimo-nos das seguintes ferramentas ou ações:

BASE DE DADOS DA OTOC

A base de dados da Ordem é, hoje, indiscutivelmente, uma ferramenta imprescindível para qualquer profissional, não só pela comodidade que propicia na busca da informação, mas também pela sua permanente atualidade. Em 2014, continuamos, agora através da internet, a disponibilizar aos membros da Ordem um conjunto de informação fundamental para o exercício da profissão.

A mudança de tecnologia usada neste meio de informação revela vantagens acrescidas, completamente assimilada pelos profissionais, possibilitando-lhes informação atualizada, o que nem sempre era possível no sistema anterior.

O número de profissionais que usa o sistema, cerca de 55 mil, é bem ilustrativo da importância que esta ferramenta tem hoje na profissão.

Estamos a estudar a possibilidade da sua disponibilização aos estudantes da contabilidade e instituições do ensino superior, no sentido de uma maior aproximação entre a Ordem, as instituições de ensino e os futuros profissionais.

REUNIÕES LIVRES DAS QUARTAS-FEIRAS

As reuniões livres que a Ordem tem vindo a disponibilizar a todos os seus membros, com base em sede de distrito, constitui hoje um encontro imprescindível entre os profissionais.

Em 2014, em todos os locais onde se realizaram – sedes de distrito no Continente, no Funchal, Ponta Delgada, Horta e Faial – participaram 41 849 membros, o que, não obstante representar uma diminuição dos participantes em relação a 2013, não deixa de ser um número muito promissor quanto a este tipo de formação.

A Ordem tem vindo a prestar uma atenção especial a este tipo de formação que, sendo gratuita, é acessível a todos os profissionais, devendo ter uma estrutura que esteja de acordo com as necessidades da profissão.

No decurso do ano decorreram com normalidade em todos os locais, sendo hoje já uma espécie de *ex-libris* onde os TOC aprofundam os seus conhecimentos e tiram as suas dúvidas.

Num dos locais, a Guarda, por razões particulares do seu habitual coordenador, Agostinho Bernardo, tivemos que renovar a equipa, o que fizemos de imediato, tendo em vista não prejudicar os técnicos oficiais de contas daquele distrito.



CONSULTÓRIO TÉCNICO

A Ordem tem um serviço de apoio técnico permanente aos seus membros, respondendo por escrito, ou verbalmente, às questões e dúvidas inerentes ao exercício da profissão.

Este serviço, no departamento de Consultoria, é constituído por 13 consultores internos e teve a colaboração de sete consultores externos. O departamento conta ainda com o apoio de duas administrativas e funciona sob a orientação do diretor José Carlos Marques.

Em 2014, a exemplo do que já tem vindo a decorrer noutros exercícios, a atividade do departamento de Consultoria foi a seguinte:

Atendimento presencial

Dias úteis das 9 às 17 horas, incluindo hora de almoço. Não necessita de marcação prévia.

Durante 2014, foram efetuados 612 atendimentos nas instalações da OTOC, sendo o mês de maio o que registou um afluxo maior, com 77 membros atendidos presencialmente.

A média de atendimentos presenciais foi de 51 TOC por mês.

Atendimento presencial	2014
Janeiro	60
Fevereiro	60
Março	51
Abril	43
Maió	77
Junho	54
Julho	41
Agosto	21
Setembro	47
Outubro	67
Novembro	47
Dezembro	44
Total	612
Média	51

Atendimento telefónico

Dias úteis das 9 às 12 horas e das 13.30 às 17 horas – Exceto segunda-feira, que termina às 16.30 horas.

Durante 2014, foram atendidos 16 241 telefonemas de carácter técnico, sendo o valor médio registado por mês de 1 353 telefonemas.

O mês que registou maior solicitação a este departamento, em questões colocadas por telefone, foi o de fevereiro, com 1 779 telefonemas atendidos.



Atendimento telefónico	2014
Janeiro	1707
Fevereiro	1779
Março	1572
Abril	1233
Maiο	1832
Junho	1071
Julho	1126
Agosto	794
Setembro	1175
Outubro	1423
Novembro	259
Dezembro	1270
Total	16 241
Média mensal	1 353,4

Questões escritas

São colocadas através da Pasta TOC , por carta ou *email*, sendo que no departamento de Consultoria, os membros têm direito a cinco pareceres escritos gratuitos por ano, podendo ser respondidas até três perguntas em cada mensagem enviada.

Durante o ano em análise, foram efetuados a este departamento 7 062 pedidos de esclarecimento de questões técnicas no âmbito da contabilidade e da fiscalidade. Porém, dos 7 062 pedidos formulados, 522 foram anulados por diversos motivos (questões fora do âmbito do consultório, por pedido do TOC e por duplicação). Os técnicos internos emitiram 6 075 pareceres de resposta a esses pedidos e àqueles que transitaram de 2013. Os consultores externos asseguraram 450 respostas.

O total de pareceres emitidos durante 2014 foi de 6 525. O mês de fevereiro foi o que registou mais respostas enviadas.

No final de 2014 estavam por responder 354 pedidos de parecer, os quais foram respondidos pelos consultores internos e externos até 19 de janeiro.

Artigos e crónicas em meios de comunicação social

Ainda durante o ano em análise, foram elaborados pelos técnicos deste departamento 306 artigos, dos quais 45 foram publicados no «Jornal de Negócios», 24 na «Vida Económica» e ainda 237 crónicas emitidas na «TSF».

Tais artigos foram compostos no âmbito de uma colaboração semanal com o «Jornal de Negócios» e com a «Vida Económica». Quanto a este jornal, o departamento reparte o escalonamento de artigos com o departamento jurídico e com os assessores do Bastonário.



As crónicas na TSF, designadas por «Conselho Fiscal» são transmitidas nos dias úteis, de manhã e ao final da tarde.

Artigos elaborados e publicados	
Jornal de Negócios	45
Vida Económica	24
TSF	237
Total	306

Processos disciplinares

Durante o ano de 2014, neste departamento foram analisados e emitidos relatórios relativamente a 27 processos disciplinares e processos de inquérito.

FORMAÇÃO

É nosso entendimento que, atento o papel que cabe à Ordem e aos seus membros desempenharem na sociedade portuguesa, só com uma formação sólida, eficaz e partilhada, seria possível preparar e sustentar profissionais competentes e capazes de cumprirem a sua missão.

Entendemos que a partilha de preocupações a jusante da entrada na Ordem, isto é, no âmbito do ensino superior, pode e deve facilitar muito na orientação do tipo de profissional que se pretende e que as empresas esperam vir a ter.

Daí a sensibilidade apurada que sempre evidenciamos sobre a necessidade de um bom entendimento entre a Ordem e as instituições do ensino superior, de forma que não se confundam na missão que a cada um cabe.

Foi isso que vertemos na nossa estrutura de conhecimentos para acesso à inscrição na Ordem. Mas, independentemente dessa realidade, a volatilidade das questões inerentes à profissão exige uma permanente atualização de conhecimentos, pois só dessa forma seremos capazes de responder com eficiência aos desafios que as empresas, e a sua sobrevivência, impõem aos profissionais.

Cientes desta realidade e a exemplo de anos anteriores, no decurso de 2014, apostamos forte na formação dos membros da Ordem.

Neste domínio, concebemos, no início do ano, um audacioso programa de formação, coordenado pela vice-presidente Filomena Moreira, onde procuramos abordar as mais diversas questões inerentes à profissão, de forma a constituir um leque de oferta suficientemente amplo que englobe a enorme diferenciação das questões que se colocam aos profissionais.

A Ordem, não obstante a confirmação da revogação do Regulamento de Atribuição de Créditos por formação obtida fora da Ordem, continuou, agora por ripristinação do artigo 4.º do Regulamento do Controle da Qualidade e por decisões casuísticas do Conselho Diretivo, mantendo a filosofia do regulamento anulado, salvo quanto à duração da formação, a acreditar na



formação obtida nas entidades acreditadas, alargando de forma significativa a possibilidade de obtenção de formação.

Na verdade, as nossas preocupações nunca foram económicas nem financeiras na abordagem da questão da formação, mas sim questões de índole qualitativa, pelo que, garantida a qualidade da formação, nada temos a opor no caso de ser obtida em entidades acreditadas pela Ordem.

Foi dentro desse espírito que, no decurso de 2014, foi acreditada formação de 5 805 presenças. A Ordem preconizou as seguintes ações de formação:

Formação eventual

A formação eventual, vocacionada para grandes auditórios, tem como objetivo sensibilizar os profissionais para as alterações legislativas que se tenham operado, ou consolidar os conhecimentos sobre áreas específicas da profissão.

Manteve-se a tradição da sua realização nas sedes de distrito, tendo-se realizado nos meses de janeiro/fevereiro, junho/julho e setembro/outubro. É normalmente o tipo de formação mais frequentada, tendo em 2014 contado com 40 594 presenças.

Formação segmentada

A formação segmentada, mais direcionada para ser realizada em sala, e possibilitando o diálogo entre os formandos e os formadores, realiza-se em qualquer ponto do país desde que, no mínimo, existam 30 interessados na sua frequência.

Em 2014, participaram neste tipo de formação 6 228 TOC.

Formação à distância

A formação à distância, pela comodidade e economia que propicia, aparece-nos como a segunda mais participada da Ordem, contando com a presença de 9 953 membros.

Outra formação

A Ordem tem vindo a realizar um conjunto de eventos que, não lhe chamando formação, cumprem cabalmente as exigências pretendidas.

No conjunto da formação da Ordem, frequentada no ano de 2014, conforme quadros seguintes, registamos um total de 105 796 presenças. Se adicionarmos a formação equiparada, teremos um total de 111 601 presenças, a que corresponderá, sensivelmente, um milhão e 200 mil horas de formação, o que representa já um número muito expressivo.

Para melhor constatação do descrito e análise dos elementos de atividade do departamento que presta apoio à formação (Funcionamento), deixamos alguns elementos informativos.



Departamento de Funcionamento

Natureza	2013	2014	Dif.º 2014/13	Dif.º %
Artigo 10.º				
Declarações recebidas e registadas	1284	513	-771	-60,0%
Atendimento telefónico				
Recebido (candidatos, estagiários e membros)	19 200	17 799	-1401	-7,3%
Efetuada (candidatos, estagiários e membros)	5 095	5 434	339	6,7%
Brochuras vendidas				
Vendidas	188	245	57	30,3%
Cadastro				
Alterações	5 274	723	-4 551	-86,3%
Cartões de acesso à formação				
Enviados	1427	1212	-215	-15,1%
Cédulas				
Pedidas e enviadas no ano (cédulas+2.ªs vias)	1	0	-1	100,0%
Certidões				
Inscrição, sit. contributiva, situação perante a OTOC	195	123	-72	-36,9%
Correspondência				
Candidatos e estagiários	5 567	5 090	-477	-8,6%
Membros	7 959	9 830	1.871	23,5%
Encontro dos TOC				
Inscrições	372	515	143	38,4%
Formação OTOC				
Conferências	12 731	5 709	-7 022	-55,2%
Congressos	2 359	0	-2 359	100,0%
À distância	13 996	9 953	-4 043	-28,9%
Eventual	43 901	40 594	-3 307	-7,5%
Permanente	229	89	-140	-61,1%
Recorrente	288	157	-131	-45,5%
Segmentada	9 362	6 228	-3 134	-33,5%
Reuniões livres	46 627	41 849	-4 778	-10,2%
Sessão de esclarecimento	17 722	1217	-16 505	-93,1%
Subtotal	147 215	105 796		
Formação equiparada				
Inscrições	7 654	5 805	-1849	-24,2%
Formação - Questionários				
Leitura e resumo para Conselho Diretivo	12 565	9 000	-3.565	-28,4%
Logística				
Reservas de alojamentos	208	202	-6	-2,9%
Reservas de auditórios	939	943	4	0,4%
Reservas de hospedeiras	100	98	-2	-2,0%
Reservas de catering	44 180	43 402	-778	-1,8%
Membros - Reentradas e saídas				
Reinscrições	42	52	10	23,8%
Inativos	1407	1139	-268	-19,0%
Processos de candidatura a TOC				
Candidaturas				
Recebidos e analisados no ano	1278	1474	196	15,3%
Analisados do ano anterior	227	105	-122	-53,7%
Estágio				
Entradas no ano	140	134	-6	-4,3%
Estágios de ano anterior	133	129	-4	-3,0%
Exame				
Entradas no ano	1345	1385	40	3,0%
Aguardar de ano anterior	1573	1579	6	0,4%
Membros admitidos				
Membros - após estágio e exame	86	47	-39	-45,3%
Membros - após exame	921	658	-263	-28,6%
Pasta TOC				
Mensagens entradas e saídas	5 065	6 511	1446	28,5%
Placas identificativas				
Requisições	76	68	-8	-10,5%
Quotas				
Requisições e lançamentos de alteração de situação	217 085	335 823	118 738	54,7%
Vinhetas				
Requisições	222 810	185 290	-37 520	-16,8%



Formação por distrito	2013	2014	Dif* 2014/13	Dif* %
Angra	869	620	-249	-28,7%
Aveiro	9 467	6 782	-2 685	-28,4%
Beja	1 128	610	-518	-45,9%
Braga	13 398	10 216	-3 182	-23,7%
Bragança	1 613	1 097	-516	-32,0%
Castelo Branco	2 351	1 808	-543	-23,1%
Coimbra	6 057	4 222	-1 835	-30,3%
Évora	2 416	1 797	-619	-25,6%
Faro	4 353	2 959	-1 394	-32,0%
Funchal	2 662	2 023	-639	-24,0%
Guarda	2 263	1 594	-669	-29,6%
Horta	348	289	-59	-17,0%
Leiria	10 360	8 384	-1 976	-19,1%
Lisboa	30 837	22 087	-8 750	-28,4%
Ponta Delgada	1 532	1 037	-495	-32,3%
Portalegre	1 338	829	-509	-38,0%
Porto	20 991	14 770	-6 221	-29,6%
Santarém	6 024	4 056	-1 968	-32,7%
Setúbal	4 096	2 597	-1 499	-36,6%
Viana do Castelo	3 574	2 902	-672	-18,8%
Vila Real	2 995	1 623	-1 372	-45,8%
Viseu	4 547	3 541	-1 006	-22,1%
Distância	13 996	9 953	-4 043	-28,9%
Total	147 215	105 796	-41 419	-28,1%

Neste domínio, não obstante toda a ênfase colocada nesta tão importante tarefa, é de salientar que a Ordem, depois de analisar os gastos envolvidos na formação, deliberou construir dois centros de formação, sendo um no Porto e outro em Lisboa, com a capacidade aproximada de 1 300 lugares cada.

O projeto de investimento, que incluía também a construção de duas Casas do TOC, em Lisboa e Porto, está orçamentado em 12 milhões de euros. A Ordem recorreu a financiamento externo, no montante de sete milhões de euros, utilizando capitais próprios no montante de cinco milhões de euros.

Com referência a 31 de dezembro de 2014, os edifícios para o funcionamento das valências deste investimento já se encontravam comprados, pagos, escriturados e registados em nome da Ordem, e alguns documentos de consulta prévia entregues nas entidades que fiscalizam este tipo de obras.

É expectativa da Ordem, conforme explicado na Assembleia Geral realizada para o efeito, conseguir-se uma diminuição dos gastos com a formação, em Lisboa e no Porto, na ordem dos 600 mil euros, o que permitirá, sem consideração de outras receitas acessórias, uma conversão de gastos em investimento.

V. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Os sistemas de comunicação, não raras vezes, entrecruzam-se com os sistemas de informação, concorrendo ambos de forma muito significativa, embora sob outra forma e designação, para a formação.

De facto, a comunicação tradicional da Ordem passa pela elaboração de revistas informativas ou científicas, pelo desenvolvimento e utilização, cada vez mais acentuado, da internet, não só no desenvolvimento de ferramentas de apoio aos membros, mas também para com eles comunicar.

A Ordem, pelo *status* hoje atingido, passou a usar os seus meios normais de comunicação, mas também, embora de forma indireta, acaba por fazer chegar a sua mensagem aos membros e à sociedade em geral através dos meios tradicionais de comunicação social.

Um meio cada vez com maior relevância é a comunicação através da internet e das redes sociais. A Ordem, como é evidente, tem usado este sistema para comunicar com os seus membros e a sociedade em geral, consciente que a profissão não se deve encerrar em si mesma, mas sim integrar-se e interessar-se pelo universo real que a rodeia.

A relevância e o interesse da comunicação, bem como os seus efeitos na atividade, dimensão e prestígio da Ordem, é bem patente nos números apresentados pelos departamentos de Comunicação e Imagem e dos Sistemas de Informação, que são os seguintes:

Departamento de Comunicação e Imagem

O departamento de Comunicação e Imagem (DCI) funciona sob a orientação do Bastonário e tem a seu cargo toda a estratégia de comunicação da Ordem com o interior e o exterior, isto é, com os membros e com a sociedade em geral, bem como a imagem da Ordem nos eventos que realiza.

Na sequência dos anos anteriores, em 2014, a Ordem reforçou de forma muito significativa, como veremos à frente, a sua imagem e notoriedade junto da opinião pública.

O Bastonário foi auscultado em todas as questões fundamentais e decisivas da área fiscal, sendo presença constante em programas e debates de diversos formatos nos órgãos de comunicação social.

Por essa via, a exposição pública da Ordem aumentou no ano passado, registando números nunca antes alcançados.

A opinião da instituição passou a ser noticiável, de *per si*. Na maior parte das vezes, o Bastonário é o foco e a origem da notícia. Apesar de continuar a co-



mentar, através de declarações nos *media*, medidas oriundas do Governo, passou a ser a fonte da própria notícia, refletida principalmente nos principais blocos noticiosos de horário nobre, quer na televisão generalista (RTP, SIC e TVI), canais cabo (RTP-Informação, SIC-Notícias e TVI-24), quer nas rádios (TSF, Renascença e Antena 1).

Toda a problemática fiscal e dos impostos passa pela opinião do Bastonário. Por efeito da sua intervenção, os cidadãos têm hoje uma consciência mais esclarecida dos impostos, da sua necessidade, da sua razoabilidade e, acima de tudo, dos efeitos que eles têm na vida das pessoas.

Pode, legitimamente, afirmar-se que a Ordem tem contribuído para a cidadania fiscal no nosso país. A entidade reguladora tem tido uma ação proativa e dinâmica para que cada vez mais portugueses questionem qual o destino do dinheiro dos seus impostos.

O programa «Conselho Fiscal», na TSF, há seis anos consecutivos em antena e em horário nobre, é um bom exemplo do «serviço público» que a Ordem presta à população em geral.

É de salientar o aumento das questões, via *email*, que os ouvintes fazem chegar à Ordem, no âmbito deste programa radiofónico.

De realçar também, em 2014, o aumento exponencial dos materiais gráficos tratados pelo DCI, quer no âmbito dos eventos realizados quer na paginação de manuais de formação.

O DCI desenvolve a sua atividade em diversos campos, destacando-se o seguinte:

- Assessoria de imprensa ao Bastonário, através do seu responsável;
- Ligação aos órgãos de comunicação social;
- Edição geral, *design* e paginação de todas as publicações da Ordem: Revista TOC, Contabilidade e Gestão, Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e Setor Empresarial do Estado, manuais, brochuras de apoio a seminários e conferências, manuais das diversas formações e calendários digitais;
- Manutenção e edição de conteúdos no sítio na internet; gestão das ferramentas relacionadas com as redes sociais: *Facebook*, *YouTube*, *Twitter* e *Flickr*;
- Gerir a participação nos espaços de opinião dos diversos jornais: «Jornal de Negócios», «Vida Económica», «Diário de Notícias da Madeira», «Diário Económico» e «TSF»;



- Organização e coordenação das conferências da Ordem, designadamente as que decorrem de parcerias com a «TSF», «Diário Económico», IDEFF, os Tribunais Centrais Administrativos do Norte e do Sul e as entidades congéneres internacionais das quais a OTOC faz parte;
- Elaboração da documentação e cobertura de todas as conferências ou seminários da OTOC;
- Atualização do SITOC;
- Coordenação, edição e atualização do tempo de antena e do vídeo institucional;
- Difusão de *newsletter* aos membros;
- Edição geral dos vídeos realizados para a TOC TV;
- Coordenação das gravações e da calendarização do programa «Conselho Fiscal» na «TSF»;
- Produção dos recortes OTOC e revista de imprensa diária disponibilizados aos membros e colaboradores;
- Coordenação das gravações da formação à distância da Ordem.

Em 2014 foram publicados 12 números da Revista TOC e dois da Contabilidade e Gestão.

Elaborou-se, diariamente, a revista de imprensa, distribuída por *email* aos colaboradores, totalizando 230.

Manteve-se os «Recortes OTOC», com periodicidade semanal, disponibilizados aos membros na Pasta TOC e aos colaboradores internos, totalizando 34.

No «Jornal de Negócios» e na «Vida Económica» foram publicados 81 artigos de opinião da autoria de colaboradores da Ordem.

Em 2014 manteve-se, no «Diário Económico», a coluna quinzenal da autoria do Bastonário, totalizando 20 presenças.

Na área da comunicação externa, a OTOC manteve a parceria firmada com a prestigiada rádio «TSF», mantendo o programa diário «Conselho Fiscal», emitido durante a semana, de manhã e à tarde, totalizando 474 emissões.

No âmbito da parceria iniciou-se, em janeiro, o ciclo de conferências «Iniciativa privada – A economia, as empresas e o sistema fiscal», que tem contado com a presença das principais forças vivas de todo o país.



Também no âmbito da parceria com a «TSF», foram organizadas três conferências de apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e do Setor Empresarial do Estado. A primeira em Lisboa, a segunda em Ponta Delgada e a terceira no Funchal.

Esta aliança com entidades prestigiadas tem ajudado a consolidar o posicionamento da Ordem na sociedade civil.

A Ordem manteve uma presença assídua nos órgãos de comunicação social, tendo crescido ainda mais a visibilidade da Instituição e da profissão.

A Ordem foi muito procurada pelos *media* em 2014.

O Bastonário foi convidado a pronunciar-se com maior assiduidade sobre temas de atualidade relacionados com a Fiscalidade e a Contabilidade, em programas de grande audiência e aceitação pública.

A conclusão, baseada nos números, é que a Ordem e o seu dirigente máximo são presença assídua no *prime time* televisivo, seja dos canais generalistas, seja dos canais de informação por cabo. A presença regular do Bastonário em órgãos de comunicação de referência, como é o caso da «TSF», o «Diário Económico», com a coluna de opinião quinzenal do Bastonário, já para não falar das solicitações cada vez mais regulares, nomeadamente em jornais de grande tiragem e em canais generalistas e de cabo para comentar assuntos da atualidade fiscal, são inequívocos da notoriedade de uma instituição e do seu representante máximo.

Reafirmamos que, pelas características de que se reveste o funcionamento do DCI, não se pode aferir uma leitura apenas através dos números.

Contudo, destacamos as principais tarefas desenvolvidas em 2014, tendo sempre em consideração a prossecução de uma política de comunicação eficiente, dinâmica e apoiada nas ferramentas disponibilizadas pelas novas tecnologias.



Entrevistas de fundo ao Bastonário – António Domingues de Azevedo

Televisão	16
RTP1 (Prós e Contras) - 18 novembro SIC (Expresso da meia noite) - 1 novembro SIC-Notícias (Negócios da Semana) - 16 outubro RTP-1 (Sexta às nove) - 10 outubro RTP (Telejornal) - 1 setembro SIC-Notícias (Negócios Semana) - 7 agosto RTP-Madeira - 26 julho TVI 24 - 19 julho RTP Informação - 10 julho RTP Informação - 13 junho RTP 1 (Sexta às nove) - 15 maio SIC - 6 maio RTP-1 (Prós e contras) - 30 abril RTP Informação - 2 abril RTP (Antena aberta) - 14 janeiro RTP (5 para a meia noite) - 6 dezembro	
Jornais	18
Correio da Manhã - 18 novembro Jornal de Negócios - 2 novembro Correio da Manhã - 16 agosto Jornal i - 10 agosto Correio da Manhã - 20 julho Diário de Aveiro - 12 julho Correio da Manhã - 11 julho Correio da Manhã - 7 junho Correio da Manhã - 28 maio Diário Económico - Quem é quem - 1 maio Correio da Manhã - 10 abril Diário Económico - 1 abril Diário Económico - 23 janeiro Opinião Pública - 24 janeiro Correio da Manhã - 23 janeiro Opinião Pública - 11 janeiro Diário de Notícias da Madeira - 7 janeiro Correio da Manhã - 11 dezembro	
Rádio	2
Antena 1 / Diário Económico - 20 outubro Antena 1 - 16 outubro	
Outros	4
Agência Lusa - 5 dezembro Agência Lusa (2) - 20 novembro Agência Lusa - 4 junho Rádio Renascença Online - 2 maio	
TOTAL	41

Em 2014, realizaram-se 41 entrevistas de fundo ao Bastonário. Mais 7 do que em 2013.

Por outro lado, e no total, a Ordem fez declarações aos *media*, através do Bastonário, em 1023 ocasiões. Mais 198 registos em relação a 2013.

Em muitos dos eventos públicos (conferências) foram realizadas entrevistas ao Bastonário e efetuadas parcerias com diversos jornais, em termos de *media partner*, articuladas pelo assessor de imprensa.



Referências à Ordem	
Imprensa	519
Rádio	635
Televisão	273
Internet	724
Total	2151

No total, foram feitas 2 151 referências (em 2013 registaram-se 1 513). Foram assinaladas apenas as declarações com substância e não referências à OTOC inseridas noutra contexto.

Sublinhamos: contra factos não há argumentos. Os números demonstram bem o crescimento exponencial da presença da Ordem na sociedade, através da comunicação social.

Presença da OTOC – Órgãos de Comunicação Social Imprensa/ Televisão/ Rádio/Online	Referências
Janeiro	141
Fevereiro	123
Março	148
Abril	245
Maiο	395
Junho	145
Julho	268
Agosto	127
Setembro	78
Outubro	215
Novembro	141
Dezembro	125
TOTAL	2151

A OTOC foi mencionada 2 151 vezes, em 2014, na comunicação social, atendendo a que nas rádios e televisões as declarações passam mais do que uma vez. Os picos da exposição aconteceram nos meses de abril, maio, julho e outubro.

No ano transato, a Ordem tinha sido mencionada em 1 513 ocasiões, o que revela uma tendência de grande reforço da visibilidade institucional.

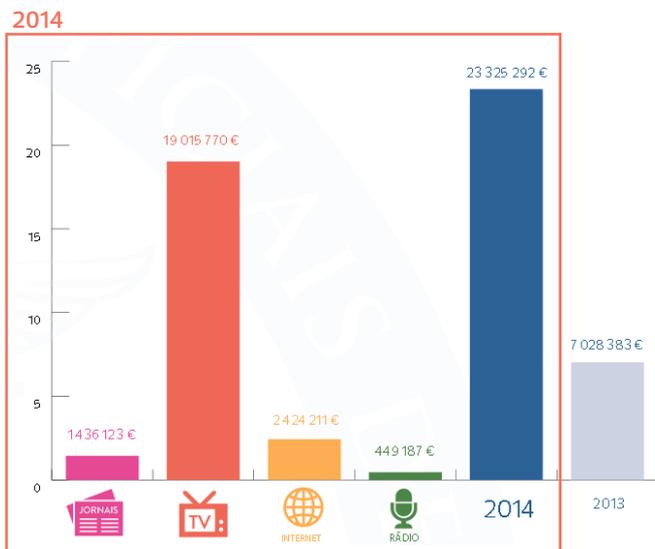
Relativamente a 2014, registou-se um total de 23 325 292,01 euros no retorno publicitário das notícias referentes à OTOC publicadas nos órgãos de comunicação social, tendo por base as estimativas feitas pela CISION, empresa que monitoriza a exposição da instituição nos *media*.

Em 2013, o montante de retorno publicitário cifrou-se nos sete milhões de euros, três vezes menos que o valor registado em 2014.

A inoperacionalidade do Portal das Finanças e a posição pública da Ordem face ao problema foi responsável pela presença constante da instituição nos *media* nos meses de abril e maio.

As reformas do IRC e do IRS e a fiscalidade verde foram também temas que geraram muitas notícias em que a Ordem (através do Bastonário) foi interveniente ativa e regular durante o ano de 2014.

Valor publicitário equivalente em 2014



Opinião media/Colaboração Vida Económica/Jornal de Negócios	
Bastonário – António Domingues de Azevedo	20
Colaboradores OTOC (Jornal de Negócios e Vida Económica)	81
Conselho Fiscal (TSF)	237
TOTAL	338

Revista TOC e Revista Contabilidade e Gestão

Em 2014, foram publicados 12 números da Revista TOC e dois da Contabilidade e Gestão. Cumpriu-se com o estipulado.

Livros editados/apresentados	
Apresentação de livros	
Consolidação de contas – Graça Azevedo, Jonas Oliveira e Ana Macedo	
Contabilidade de Gestão – Domingos Ferreira, Carlos Caldeira, João Asseiceiro, João Vieira e Célia Vicente	
Coletânea de estudos de fiscalidade e contabilidade – 10 anos em memória do Prof. Sousa Franco – Vários	
Contabilidade para empresários e gestores – António Gameiro, Nuno Moita da Costa, Ricardo Azevedo Saldanha e Ana Manaia	
IVA: Regime de Caixa – Duarte Travanca, Fernando Pinto e Jorge Almeida	
TOTAL	5



Livros/brochuras editados	
Brochura do VII Encontro de História da Contabilidade	
Plano global de formação e conteúdos programáticos 2014	
Planos de formação digital – segmentada, eventual, permanente e distância	
12 infos CAP/OTOC	
Contabilidade e Gestão n.ºs 14 e 15	
Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2013	
Setor empresarial local (2.ª edição)	
Relatório e Contas 2013	
Relatório e Contas 2013 (Deluxe)	
Plano de Atividades e Orçamento 2015	
Brochura «Especial eleições»	
Plano de investimentos em Lisboa e Porto	
Edição do livro «Coletânea de estudos de fiscalidade e contab. – 10 anos em memória do Prof. Sousa Franco»	
Personalização de canetas para eventos	
Blocos A6	
105 manuais de formação (segmentada, eventual, permanente e distância)	
TOTAL	123

Folhetos / Calendários / Prémios	
Calendário OTOC/Fiscal 2014	
Calendário reuniões livres 2015	
Calendário reuniões livres 2014	
Flyer TOCOnline	
Destacável da lista única candidata às eleições da OTOC	
Redesign do logotipo da OCAM	
Adaptação do <i>layout</i> do SITOC para a OCAM	
Adaptação do <i>flyer</i> de instruções SITOC para a OCAM	
Prémio Sousa Franco – Design do troféu	
Prémio Rogério Fernandes Ferreira – Design do troféu	
Produção e execução do vídeo sobre o cumprimento do artigo 10.º	
TOTAL	11



Eventos organizados/cobertos pelo departamento	
Conferência Nova Lei das Finanças Locais (Ponta Delgada) - 10 janeiro	
Conferência Nova Lei das Finanças Locais (Funchal) - 17 janeiro	
Formação eventual em Lisboa - 22 janeiro	
Conferência colégio de especialidade de Tributação sobre o Património (Lisboa) - 24 janeiro	
Iniciativa Privada (OTOC/TSF) (Porto) - 30 janeiro	
Conferência OTOC/Diário Económico: OE 2014 (Lisboa) - 6 fevereiro	
Observatório da Fiscalidade (Lisboa) - 13 fevereiro	
Iniciativa Privada (OTOC/TSF) (Évora) - 6 março	
Cerimónia de entrega certificados aos novos membros (Lisboa) - 11 março	
XX Conferência de Fiscalidade e Contabilidade (Leiria) - 13 março	
Conferência «Reforma IRC» (Porto) - 19 março	
Conferência «Relações fisco-contribuinte» (Lisboa) - 25 março	
Conferência colégio da especialidade de Contabilidade de Gestão (Porto) - 28 março	
Assembleia geral (Faro) - 29 março	
Iniciativa Privada (OTOC/TSF) (Braga) - 3 abril	
Assembleia Geral extraordinária (Lisboa) - 29 abril	
Iniciativa Privada (OTOC/TSF) (Santarém) - 6 maio	
2.ª conferência contabilidade e fiscalidade (Barcelos) - 9 maio	
IX conferência internacional GEOTOC/IDEFF (Lisboa) - 9 junho	
II Conferência OTOC/CAP (Santarém) - 11 junho	
Iniciativa Privada (OTOC/TSF) (Funchal) - 13 junho	
Reunião da Ordem com escolas sobre academia contabilística (Lisboa) - 17 junho	
Tomada de posse dos novos controladores de qualidade (Lisboa) - 25 junho	
Assembleia geral extraordinária (Lisboa) - 30 junho	
Cerimónia de entrega certificados aos novos membros (Lisboa) - 9 julho	
XII Encontro Nacional dos TOC (Aveiro) - 19 julho	
Conferência de apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios (Lisboa) - 22 julho	
Conferência de apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios (Ponta Delgada) - 23 julho	
Conferência de apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios (Funchal) - 25 julho	
Apresentação da candidatura de Domingues de Azevedo (Lisboa) - 2 setembro	
Cerimónia de entrega do diploma de membro honorário a Carlos Rebelo (Lisboa) - 2 setembro	
Apresentação do livro «IVA de Caixa» (Lisboa) - 24 setembro	
Apresentação do livro «Contabilidade para empresários e gestores» (Lisboa) - 25 setembro	
Conferência do colégio da especialidade de Contabilidade Financeira (Lisboa) - 26 setembro	
Conferência OTOC/CAP – Gestão da atividade agrícola (Évora) - 1 outubro	
IX Conferência Internacional GEOTOC/IDEFF (Porto) - 3 outubro	
Iniciativa Privada (OTOC/TSF) (Faro) - 14 outubro	
Acompanhamento da noite eleitoral na OTOC (Lisboa) - 17 outubro	
V Fórum Fiscalidade (OTOC/Diário Económico) (Lisboa) - 29 outubro	
XIX Congresso Mundial de Contabilidade (Roma) - 10 a 13 novembro	
Cerimónia de entrega certificados aos novos membros (Lisboa) - 20 novembro	
XIII Prolatino (Lisboa) - 21 novembro	
Reformas fiscais portuguesas do século XXI (Lisboa) - 26 novembro	
VII Encontro de História da Contabilidade (Lisboa) - 28 novembro	
Conferência «A Reforma do IVA» (OTOC/IDEFF/TCAS) - (Lisboa) - 11 dezembro	
Conferência Prémio Professor doutor Rogério F. Ferreira (Lisboa) - 12 dezembro	
Assembleia geral (Lisboa) - 13 dezembro	
TOTAL	46



Diversos	
Telefonemas atendidos: - Confirmações de presenças em eventos (23%) - Propostas comerciais (publicidade, apresentações) (16%) - Assuntos relacionados com o SITOC (15%) - Receção e reencaminhamento de chamadas para responsável do departamento (21%) - Esclarecimentos relacionados com o sítio (10%) - Pedido de reenvio de revistas e correção de moradas (11%) - Assuntos relacionados com design e imagem (4%)	4 490
Pasta TOC - Circulares/notícias técnicas - Recortes de imprensa - Apresentações - Questões respondidas	553
<i>Emails</i> respondidos	6 210
Dossiês de Imprensa	9

Formação à distância

O DCI coordena e acompanha, desde a experiência-piloto, as gravações dos cursos de formação à distância. Em 2014 foram feitas 23 gravações novas (apoio técnico de comunicação e imagem) e acompanhada a atualização de oito cursos.

<<Conselho Fiscal>> – TSF

O DCI prossegue o seu trabalho de coordenação das gravações do programa, em estreita articulação com a TSF, fornecendo ainda, em tempo útil, através da participação do departamento de consultoria, as crónicas para o sítio *online* da rádio. Um dos seus elementos participa também na locução das crónicas que são transmitidas duas vezes por dia, de segunda a sexta-feira.

Tempo de antena

Após a suspensão da emissão do tempo de antena em 2013, por motivos alheios à Ordem, em 2014 foi possível transmitir o habitual espaço, que foi para o ar no dia 10 de dezembro, em horário nobre, antes do Telejornal, com a duração de 2m20s. O vídeo encontra-se no Canal OTOC.

O DCI esteve ainda presente, nas instalações da RTP, na reunião de rateio do tempo de antena para 2015, no mês de dezembro.

Vídeo institucional

O vídeo que resume os 16 anos da Instituição foi parcialmente atualizado para exibição na cerimónia de entrega de certificados aos novos membros, sempre com a supervisão do DCI.

Campanha institucional

Como é habitual, o ato eleitoral de outubro serviu de mote ao desenvolvimento de uma campanha publicitária elaborada e coordenada pelo DCI, que decorreu entre 22 e 28 de setembro, na TV, rádio e jornais.



Cobertura de evento internacional

O DCI esteve presente no Congresso Mundial de Contabilidade, realizado em Roma, no passado mês de novembro. A cobertura do mais importante evento deste género, com a presença de mais de quatro mil congressistas, traduziu-se numa extensa reportagem de 10 páginas e duas entrevistas exclusivas com a atual presidente e o presidente cessante da IFAC.

Intervenções no sítio

A página oficial da Ordem na internet continua a ser uma das prioridades no âmbito da estratégia de comunicação entre a instituição e os membros. A atualização diária de notícias de carácter técnico e legislativo é uma das funções que cabe ao DCI. Como não podia deixar de ser, este departamento procede à inserção das notícias publicadas na imprensa sobre a OTOC ou envolvendo responsáveis do Conselho Diretivo ou colaboradores da instituição.

Assim, foram inseridas, ao longo do ano, um total de 1 154 notícias, distribuindo-se pelos seguintes itens:

Intervenção	Quantidade
OTOC nos <i>media</i>	285
Novidades de âmbito técnico	252
Comunicados	88
Opinião	98
Revista de imprensa	295
Agenda do Bastonário	65
Iniciativas	65
Inquéritos	6
Total	3 210

No total, contabilizámos, para além dos artigos anteriormente mencionados, 3 210 intervenções no sítio, considerando atualizações diárias e consecutivas relacionadas com inserções e/ou atualizações de programas e calendários de ações de formação.

Isto perfaz uma média diária de 15 intervenções na página oficial. Em dias de pico de administração, as intervenções no sítio podem triplicar.

O sítio da Ordem continua a ser uma plataforma primordial de comunicação entre a Instituição e os seus membros. O número de visitas no sítio em 2014 foi de 3 164 605, totalizando 21 543 442 *pageviews*. Os picos de acesso aconteceram nos dias 30 de maio (28 377 visitas/152 020 *pageviews*), 14 de maio (22 477 visitas/125 186 *pageviews*) e 28 de maio (21 623 visitas/130 245 *pageviews*).

A relevância e o carácter de certos eventos motivam a criação, desenvolvimento e manutenção de microssítios para estes acontecimentos. Foi o caso do XII Encontro dos TOC, realizado em Aveiro, que mereceu uma página exclusiva.



Manteve-se a preocupação por veicular uma imagem cada vez mais apelativa no sítio, nomeadamente ao nível dos calendários da formação. Foram concebidos e atualizados à medida das solicitações os calendários digitais da formação segmentada e permanente, distância, reuniões livres, eventual e sessões de esclarecimento.

Pasta TOC

Menos regulares que no sítio, as inserções na Pasta TOC dizem respeito às secções «Newsletter», «Circulares» e «Formação». Registou-se um aumento na secção «Circulares» devido à atualização diária das notícias técnicas.

Inseriram-se 36 edições dos «Recortes OTOC/Imprensa» e 263 «Circulares» informativas aos membros, nomeadamente notícias de natureza contabilística e fiscal. Finalmente, foram ainda inseridos 52 *PowerPoint* relativo a conferências e a ações de formação segmentada, eventual, permanente, conferências e sessões de esclarecimento. As perguntas colocadas pelos membros por via da Pasta TOC suscitaram 202 respostas por parte dos elementos do DCI.

Redes sociais

As novas plataformas das redes sociais foram territórios que continuaram a ser explorados pela Ordem, no mais estreito contacto com os seus membros. A OTOC tem uma presença assídua no *Facebook*, *YouTube*, *Twitter* e *Flickr*, com atualizações ao minuto de notícias associativas e de presenças da Instituição nos media. Assim, no ano de 2014, foram feitas 5 720 inserções no *Facebook* e no *Twitter*. Foram alojados 205 vídeos (Ordem na Rádio, Ordem na TV e reportagens) no *YouTube*. Finalmente, no *Flickr*, o DCI inseriu durante o ano transato 2 920 fotografias relativas a eventos promovidos pela Ordem.

De referir ainda que o *Facebook* da OTOC se encontrava, no final de dezembro, acima da fasquia dos 27 mil seguidores, o que coloca a nossa instituição como a segunda Ordem profissional em Portugal com mais seguidores naquela rede social.

Newsletters e convites

O DCI criou e enviou, por *email*, 156 *newsletters* e 46 convites alusivos a eventos organizados pela Ordem e comunicados do Bastonário.

Departamento de Sistemas de Informação (DSI)

O mundo é hoje um espaço muito mais mediático e as distâncias entre os povos foram encurtadas de forma extraordinária, funcionando como uma espécie de aldeia global, onde todos se conhecem, tudo se divulga, critica e opina.

Por outro lado, as exigências organizacionais e as respostas na hora exigidas aos profissionais, não deixam qualquer espaço de manobra que dispense a utilização dos meios de comunicação e organizacionais que a informática possibilita.



A Ordem, atenta à sua juventude e à forte aposta que sempre demonstrou numa boa organização e comunicação, tem enveredado por uma cada vez maior eficiência dos serviços.

Manifestação dessa preocupação é o mais recente desenvolvimento da Pasta TOC, através da qual procuramos interagir com os membros, possibilitando-lhes o conhecimento *in loco* do andamento dos processos, os seus responsáveis, bem como a data prevista para a sua conclusão.

Na tentativa de servir cada vez melhor os membros, temos vindo a desenvolver, com uma empresa especializada em informática, a «+Eficaz», a desmaterialização do funcionamento da Ordem, construindo a sua história organizacional e funcional e que pretendemos que seja também a soma das partes de cada membro.

Para uma maior elucidação do esforço despendido e da importância que a informática desempenha no funcionamento da Ordem, deixamos alguns elementos relacionados com a funcionalidade daquele departamento.

O Departamento de Sistemas de Informação (DSI) operou até à tomada de posse do novo Conselho Diretivo sob a orientação do diretor Jaime dos Santos e, após esse evento, do diretor Manuel Vieira e tem como missão gerir todo o processo informático da Ordem, desde a sua conceção ao desenvolvimento, incluindo as ações necessárias à sua manutenção com o objetivo da satisfação do cliente externo – o membro da OTOC. Em 2014, a equipa operou com nove técnicos.

Em 2014, a aplicação interna de gestão de informação dos membros foi melhorada, tendo sido realizados trabalhos de desenvolvimento e otimização ao nível da programação, nomeadamente nas áreas:

Conselho Disciplinar

- Ofícios de instauração de processos disciplinares de quotas, listagens e documentos anexos (relatórios, listagens e outros)

2013	2014	Evolução %
1618	2151	24,78

Jurídico

- Desenvolvimento de aplicação que visa facilitar o controlo dos processos jurídicos por parte dos advogados, centralizando os tópicos essenciais mediante seleção de filtros.
- Ofícios por dívida de quotas (cinco vezes no ano)

2013	2014	Evolução %
10 664	11597	8,05



Formação

- Funcionalidade para possibilitar a inscrição de três colaboradores na formação;
- Abertura de uma área de inscrição para convidados no SIGM;
- Desenvolvimento de melhorias ao nível de listagens internas.

Quotas

- Otimização dos objetos da base de dados ao nível de registo e consulta.
- Foram geradas referências trimestrais de quotas para pagamento no multibanco:

Período	2013	2014	Evolução %
1.º trimestre	119 725	125 752	5,03
2.º trimestre	130 021	133 246	2,48
3.º trimestre	133 342	131 284	-1,54
4.º trimestre	126 710	134 898	6,46

- Foram enviados de *emails* e de cartas

<i>Emails</i>	2013	2014	Evolução %
1.º trimestre	58 243	25 351	-129,75
2.º trimestre	54 890	80 745	36,97
3.º trimestre	55 077	81 832	32,70
4.º trimestre	54 006	80 915	33,26

Via CTT	2013	2014	Evolução %
1.º trimestre	12 658	73 040	82,67
2.º trimestre	12 100	144 395	91,62
3.º trimestre	12 888	73 846	82,55
4.º trimestre	13 56	73 846	81,78

Tesouraria

- Alteração de mecanismo e estrutura de gestão dos pagamentos por débito direto para quotas e/ou fundo de pensões. Face à alteração desenvolvida SEPA (*Single Euro Payments Area* – Área Única de Pagamentos em Euros), todo o processo foi reestruturado e otimizado. O formato PS2 é substituído por mensagens *standard* da norma ISO20022 XML definidas nas SEPA C2B – *Implementation Guidelines*.
- Igualmente, e por exigência do *Scheme Core* do SEPA, foi disponibilizado formulário de adesão (ADC), na Pasta TOC, para que os membros possam solicitar este método de pagamento. O preenchimento da ADC é realizado totalmente *online*, sendo a informação aí inserida disponibilizada em PDF, o qual apenas carece de assinatura por forma a ser remetido à OTOC, a qual após receção e validação dos dados ativa a ADC. Os dados de preenchimento são o registo de adesão. Igualmente foi assegurado processo de retornos e reversões no processo SEPA.



TOConline

Embora noutra contexto, mas que julgamos fundamental para a criação e manutenção de uma boa relação de credibilidade entre os profissionais e os seus clientes ou entidades patronais, a Ordem tem vindo a desenvolver ferramentas informáticas em contexto real empresarial, com o objetivo de suavizar as consequências do aumento significativo de burocracia a que temos vindo a assistir no relacionamento das empresas com a administração pública.

Neste segundo ano de disponibilização da plataforma TOConline, o DSI manteve as competências a nível de gestão de servidores para este serviço com:

- a) Formação presencial de TOC na utilização da plataforma em 23 locais;
- b) Linha de apoio;
- c) Acompanhamento de desenvolvimento e implementação de novas funcionalidades.

No âmbito deste projeto, registaram-se:

Atendimento linha de apoio TOConline	2013	2014	Evolução %
Chamadas entradas	2 144	2 219	3,38
Chamadas saídas	643	738	12,87
Atendimento presencial/formação	33	45	26,67
Questões na Pasta TOC	101	102	0,98
<i>Emails</i>	35	55	36,36
Pedidos tratados por suporte@toconline.pt	3 612	6 415	43,69

Relativamente à utilização/desempenho da plataforma no decorrer de 2014 obtivemos a seguinte estatística:

Utilização/desempenho TOConline	2013	2014	Evolução %
Licenças gratuitas	7 461	12 278	39,23
Licenças pagas	1 858	5 175	64,10
Licenças de demonstração	5 427	11 820	54,09
Total de licenças	14 746	29 273	49,63
TOC	10 872	13 415	18,96
Empresários	6 169	5 722	-7,81
Colaboradores	2 071	2 978	30,46
Total de utilizadores	19 112	22 115	13,58
Documentos ativos	1054 902	2 040 586	48,30
Comunicações à AT	14 253	31 661	54,98

Infraestrutura OTOC

- Aquisição de capacidade física de processamento e armazenamento de informação para a plataforma ORACLE:
 - Servidor de infraestrutura;



- Mais espaço físico de armazenamento;
- Aquisição de memória de processamento para a infraestrutura TOConline.

Outros desenvolvimentos

- Reforço da segurança ao nível da certificação do sítio www.toconline.pt
- Desenvolvimento de vários sincronismos; entre várias origens de dados
- Ajustes de parametrização nas bases de dados OTOC para fazer face aos pedidos dos vários projetos

Os pedidos de apoio ao DSI comparando com o ano anterior:

Natureza	2013	2014	Evolução %
Acessos	70	61	-12,86
Bases de dados	43	37	-13,95
Informações/análises/esclarecimentos técnicos	119	119	0
Outros	539	187	-65,3
Pasta TOC	62	233	275
Programação ORACLE	583	486	-16,64
Sítio	42	59	40,48
Suporte administrativo	431	337	-21,81
Suporte técnico	1131	1285	13,62
Telefones (equipamento/aplicações)	63	63	0
TOConline	42	21	-50
TOTAIS	3125	2888	-7,60

Origem	2013	2014	Evolução %
Departamento de Sistemas de Informação	849	1068	25,80
Departamento de Funcionamento	671	537	-19,98
Departamento Jurídico	365	323	-11,51
Departamento de Apoio aos Órgãos	145	162	11,72
Conselho Diretivo	123	141	14,63
Departamento de Consultoria Técnica	62	94	51,61
Departamento de Comunicação e Imagem	79	175	121,52
Serviços de Contabilidade	148	47	-68,24
Serviços de Tesouraria	98	130	32,65
Assessoria do Bastonário	56	63	12,50
Serviços de Expediente e Correio	50	4	-92,00
Outros	479	144	-69,94
TOTAIS	3125	2888	-7,60

Para além do apoio interno, o DSI continuou a dar apoio externamente:

Atendimento	2013	2014	Evolução %
Telefónico	6 597	6 103	-8,09
Email	140	129	-8,53
Presencial	33	42	21,43
Pasta TOC	235	341	31,09

Enviou as referências para os membros, através de 12 *emailings* e 6 listas para emissão de *mailings* na gráfica.

Ao longo do ano 2014, registaram-se:

Sítio e Pasta TOC	2013	2014	Evolução %
Acessos com autenticação de membros registados	1557700	1526198	-2,06
Atualizações de empresas	735322	688057	-6,87
Atualizações de dados (sítio + Pasta TOC)	34597	23684	-46,08
Mensagens colocadas no fórum	49654	39880	-24,5
Declarações de pontuação submetidos	1288	1294	0,46
Questões colocadas Pasta TOC	21159	32031	33,94
Inscrições «Empresa na Hora»	350	552	36,59
Pedidos de complemento de reforma submetidos	112	89	-25,84
Inscrições «Empresa na Hora Estrangeiros»	148	254	41,73

O sítio da OTOC teve, no decorrer de 2014, 3 164 405 visitas (-6,31 por cento relativamente a 2013) com 21 543 442 visualizações de página (-11,28 por cento relativamente a 2013), reduzindo-se novamente a média de páginas vistas por visita de 7,76 em 2012 para 7,19 em 2013 e em 2014 para 6,80.

Os visitantes do nosso portal distribuíram-se geograficamente (por ordem decrescente de acessos):

País origem do acesso	2013	2014	Evolução %
Portugal	3 295 418	3 086 715	-6,76
Espanha	12 622	11 321	-11,49
Reino Unido	11 217	10 414	-7,71
Brasil	10 500	10 364	-1,31
Angola	7 143	8 459	15,56
França	6 758	6 754	4,38
Alemanha	6 851	6 670	-2,71
Estados Unidos da América	5 063	3 776	-34,08
Moçambique	2 240	2 866	21,84

Para aceder ao sítio da OTOC, verificou-se a utilização dos seguintes *browsers* (apenas apresentados os 10 principais)

Browser de acesso	2013	2014	Evolução %
Internet Explorer	2 048 556	1 563 538	
Chrome	764 489	1 119 197	
Firefox	351 895	337 448	
Safari	70 565	72 984	
IE com Chrome Frame	54 766	16 365	
Maxthon	Sem expressão	1 633	100%
Android Browser	27 466	35 153	
Safari (in-app)	9 337	6 284	
Opera	7 576	8 373	
Opera Mini	1 184	1 375	



Verifica-se também um aumento no acesso por equipamentos móveis, a saber: 145 621 visitas (+29,65 por cento relativamente a 2013).

Diariamente, o DSI processa os pagamentos automáticos das várias fontes e de várias naturezas, conforme indicado nos quadros abaixo:

Pagamentos por VISA	2013	2014	Evolução %
Quotas	7 708	8 174	6,05
Formação	8 914	6 330	-28,99
Formação à distância	2 308	1 525	-33,93
Vinhetas	544	536	-1,47
Taxase emolumentos	48	69	43,75
Diversos	20	45	125,00
Multas	0	2	200,00
Total	19 542	16 681	-14,64

Pagamentos por referência Multibanco	2013	2014	Evolução %
Formação	74 072	44 465	-39,97
Quotas	36 410	39 621	8,82
Formação à distância	13 761	8 202	-40,40
Vinhetas	5 033	4 040	-19,73
Taxas e emolumentos	406	351	-13,55
Diversos	173	198	14,45
Multas	8	11	37,50
Total	129 863	96 888	-25,39

Mantivemos a competência da gestão da plataforma de formação à distância bem como a inserção dos vídeos em servidores internos.

Cursos	2013	2014	Evolução %
Vídeos	33	54	63,64
Inscrições	13 996	9 953	-29,13

Suporte no envio de dados com a lista dos membros para as seguradoras relativamente ao seguro de responsabilidade civil profissional (SRCP) e ao seguro de saúde (SS):

	SRCP		SS	
	2013	2014	2013	2014
Janeiro	29 740	29 132	54 293	55 804
Fevereiro	30 235	29 489	54 291	55 754
Março	31 020	30 150	54 068	57 355
Abril	28 043	28 813	54 226	59 188
Maiο	28 792	29 172	54 125	59 172
Junho	29 786	29 385	54 025	59 136
Julho	28 240	27 853	53 934	59 134
Agosto	28 683	28 120	54 060	59 092
Setembro	30 390	28 786	53 964	59 014
Outubro	28 959	27 074	53 636	58 958
Novembro	29 547	27 618	53 959	58 926
Dezembro	30 488	28 434	53 955	58 862



O sistema de atendimento do DSI registou os seguintes movimentos:

Atendimento automático e <i>call center</i>	2013	2014	Evolução %
Total de chamadas	372 174	314 701	-18,26
Pedidos de suporte interno	63	63	0,00
Intervenções externas	3	0	-100,00
Chamadas atendidas através de <i>call center</i>	199 594	194 788	-2,47

Não obstante o que já se transcreveu no domínio da comunicação e informação, no decurso de 2015, a Ordem manteve inalterável os meios tradicionais de comunicação, sendo de relevar a publicação mensal da Revista TOC em suporte de papel, que é oferecida gratuitamente a todos os membros com a inscrição em vigor e que não tenham as suas quotas atrasadas por um período superior a 90 dias.

Da revista Contabilidade e Gestão, de carácter científico, foram publicados, conforme previsão no plano de atividades, dois números em suporte eletrónico.

O sítio da Ordem, conforme elementos disponibilizados, foi muito utilizado, nas suas diversas vertentes, pelos membros, quer no cumprimento de obrigações perante a Ordem quer recorrendo ao fórum para a colocação de dúvidas.

VI. APOIO SOCIAL AOS MEMBROS

Num período em que a materialidade se sobrepõe a outros valores bem mais fortes da vida humana, a Ordem continua a apostar num esforço de compreender as diferenças entre os seus membros e, nessa diferenciação, não obstante a universalidade da sua aplicação, continua a desenvolver mecanismos, processos ou ações que suavizem um pouco a dor e o sofrimento daqueles a quem a sorte não lhes bateu à porta.

O apoio social, concebido numa ótica reativa, sem que, no entanto, não tenha preocupações proativas, comporta-se como uma espécie de bombeiro que apaga o incêndio depois dele se atear.

Uma visão proativa do funcionamento dos projetos ou apoios concebidos, em nosso entender, propiciam um amenizar das dificuldades. Daí toda a conceção do apoio social aos membros da Ordem se encontrar estruturada para responder a situações de acidente, como é o caso do fundo de solidariedade social dos TOC ou terem uma função de prevenção, como é o caso dos seguros oferecidos gratuitamente aos membros inscritos na Ordem: seguro de responsabilidade civil e seguro de saúde.

Em 2014, a Ordem continuou a oferecer de forma gratuita a todos os seus membros com a inscrição ativa e as quotas em dia, um seguro de saúde que, até ao montante de 50 mil euros, cobre as despesas com internamento hospitalar, sendo devidos pelos membros apenas a franquia de 10 por cento do valor pago.



Ainda no âmbito deste seguro de saúde, em 2014, as consultas de ambulatório, passaram de três para cinco, pagando o membro apenas 15 euros por cada consulta.

Quanto ao seguro de responsabilidade civil, no decurso de 2014, continuou a ser oferecido gratuitamente aos membros, o que propicia a cobertura de eventuais danos causados pelos técnicos oficiais de contas aos seus clientes, até ao montante de 50 mil euros, sendo devido pelo membro apenas uma franquia de 10 por cento do valor pago pela companhia.

Este tipo de apoios, embora continuando a fazer um apelo aos seus membros para fomentarem o recurso à poupança, acabam por constituir para os profissionais verdadeiros "chapéus" protetores contra eventuais situações que lhes possam ocorrer.

Em alguns casos, constituem mesmo a restituição total da quota e até com algum benefício. É o caso dos membros que utilizam todas as consultas de ambulatório no decurso de um ano. Com efeito, imagina-se uma consulta no valor de 60 euros em que o membro paga apenas 15 euros. Teremos então $60 \times 5 - 15 \times 5 = 225$ euros. Ora, a quota paga à Ordem no decurso do ano é de $12 \times 12 = 144$ euros. Isto é, paga de quotas 144 euros, mas tem um benefício direto de 225 euros, pelo que $225 - 144 = 81$ euros, ou seja, o membro acaba por anular todo o gasto das quotas e ainda tem um benefício de 81 euros.

Evidentemente que muito nos congratulamos que não sejam necessárias as cinco consultas, mas caso se justifiquem, o apoio social prestado ao membro através do seguro de saúde tem aqui enorme significado.

Outras das situações que tem merecido a nossa preocupação é avaliar quais as condições que as pessoas têm para levar uma vida com um mínimo de qualidade quando chegam à idade da reforma.

Neste domínio, a Ordem tem projetos através dos quais tem procurado encontrar as melhores condições para os seus membros, que são o fundo de solidariedade dos TOC, o fundo de pensões dos TOC e a Casa TOC

Através do fundo de solidariedade dos TOC, anualmente dotado de um montante de 250 mil euros, a Ordem propiciou até 31 de dezembro de 2014 aos seus membros um rendimento líquido da pensão nunca inferior a 505 euros, valor que em 2015 passou para 520 euros. Isto é, se o rendimento *per capita* mensal do agregado familiar for inferior a 520 euros, a Ordem através de um complemento de pensão, atribui ao membro o valor correspondente à diferença.

Sabemos que não é muito, mas atendendo ao valor da quota que os membros pagam e dos restantes apoios, acaba por ter algum significado no rendimento dos membros.



O fundo de pensões dos TOC tem como objetivo aliciar os profissionais para a poupança, participando no fundo e, através dele e do rendimento eventualmente gerado, poderem gerar um complemento de reforma na data de atribuição da mesma.

A participação financeira da Ordem neste fundo ronda os sete milhões de euros, sendo estes provenientes de dotações orçamentais da Ordem até perfazer cinco milhões de euros e o restante proveniente de rendimento da participação financeira da Ordem e da consignação da renda recebida das instalações da Ordem na Avenida 24 de Julho, em Lisboa.

Na sua totalidade, isto é, somando a participação da Ordem e as poupanças dos membros, o fundo conta já com cerca de 14 200 000 euros o que, é já um número com alguma expressão e, sobretudo, aliciante para continuarmos a apostar neste tipo de apoio.

A expressão numérica desde 2010 do apoio aos membros é a seguinte:

Gastos apoio aos membros	Gastos					
	Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
Seguro responsabilidade civil TOC		638 269	445 748	434 338	431 878	416 756
Seguro de saúde TOC		872 995	888 132	837 668	642 356	723 330
SITOC		373 364	320 140	215 161	204 247	194 703
Revista TOC		976 768	1 068 532	1 140 595	972 004	959 420
Revista Contabilidade e Gestão		144 293	35 666	34 147	33 887	33 169
Revista formação				22 561		
Revista SNC		61 580				
Livro SNC/POC		89 757				
Revista IDEFF		15 072	15 248	15 248	15 249	15 248
Fundo de pensões		389 243	156 351	160 478	412 755	166 435
Reuniões livres		380 982	348 519	382 472	383 628	381 153
Noites SNC		124 765				
Fundo solidariedade social		42 037	58 863	56 219	56 222	58 381
Departamento técnico		468 766	504 305	493 164	460 904	476 704
Representações		318 799	303 708	266 343	283 240	285 600
Total		4 896 690	4 145 212	4 058 392	3 896 371	3 710 899

As variações encontradas num sentido descendente justificam-se, não pela diminuição dos apoios, mas sim pela redução dos gastos em obter os apoios, conforme se pode verificar com os gastos com os seguros, SITOC, Revista e das próprias representações, o que, em nosso entender, revela uma melhor gestão por parte da instituição.

Na sequência do anteriormente descrito, o retorno efetivo aos membros da quota paga à Ordem atinge os seguintes valores.

Retorno direto	2010	2011	2012	2013	2014
Membros	73 419	72 104	72 315	72 327	71 825
Devolução anual	66,70 €	57,49 €	56,12 €	53,87 €	51,67 €
Devolução mensal	5,56 €	4,79 €	4,68 €	4,49 €	4,31 €



Não é suficiente só falar nos benefícios sociais, é necessário que eles tenham uma expressão efetiva quer no esforço financeiro da Ordem, quer na vida concreta das pessoas. Naturalmente que um fundo de pensões, atento o seu objetivo, é algo que carece de tempo para ganhar expressão monetária, manifesta no seu eventual rendimento, pelo que, não obstante o nosso esforço, compreendemos que sete milhões de euros a dividir por 71 825, dá um quociente muito baixo (97,46 euros), que entendido como complemento de reforma, é na verdade inexistente.

Mas não podemos desistir. Devemos continuar a lutar por dotar o fundo de um valor que represente algo de positivo para todos os membros, pelo que a Ordem, logo que termine o plano de investimentos, admite a possibilidade de dar maior atenção a esta situação.

Os contributos financeiros da Ordem para o fundo de pensões foram:

Ano	Anual	Acumulado
2005	742 606	-
2006	1 041 900	1 784 506
2007	1 280 000	3 064 506
2008	295 301	3 359 807
2009	2 004 031	5 363 838
2010	389 243	5 753 081
2011	167 192	5 920 273
2012	160 478	6 080 752
2013	162 755	6 243 507
2014	166 435	6 409 942

Um terceiro projeto, velho sonho desde há muito acalentado pela profissão, de tal forma que a Ordem veio durante muitos anos a consignar verbas para a sua materialização, é o que designamos por «Casa do TOC».

Para nós as palavras não são apenas elementos de circunstância, mas sim meios para expressarmos as nossas preocupações, pelo que este teria que ser o primeiro projeto que a Ordem deveria realizar, sob pena de não fazer sentido todo o esforço empreendido.

Felizmente, o momento de concretização daquele sonho aproxima-se e já se deu início, em 2014, através da compra de uma vivenda na Avenida Almirante Gago Coutinho, em Lisboa, por um milhão e 200 mil euros e, na cidade do Porto, com a aquisição do edifício onde funcionará o centro de formação e a «Casa do TOC», na Rua Saraiva de Carvalho.

VII. CONSELHO DISCIPLINAR

O Conselho Disciplinar é um órgão autónomo da Ordem que tem como missão ministrar a disciplina no exercício da profissão e avaliar se as normas éticas e deontológicas são cumpridas pelos profissionais.

No presente quadro deixamos uma imagem sintética da atividade desenvolvida em 2014.

Processo	Acórdão	Pena	Decisão
PD-60/00	0033/01	Multa	Favorável
PD-502/04	0061/07	Multa	Favorável
PD-1094/04	2627/08	Multa	Favorável
PDQ-5255/06	1101/14	Arquivado	Favorável

Verifica-se, como corolário desta síntese, que num universo de 1 320 acórdãos proferidos pelo Conselho durante o ano de 2014, apenas 10 tenham sido alvo de sindicância judicial, o que representa um valor real de 0,68 por cento relativamente ao total dos acórdãos decididos.

Os elementos informativos inseridos no presente relatório refletem as atividades desenvolvidas pelo Conselho Disciplinar, já estabilizadas face às alterações decorrentes da entrada em vigor do seu regulamento.

Atividades desenvolvidas

A atividade jurisdicional não pode ser vista com uma certa linearidade, pois cada caso tem a sua singularidade e carece de análise individual.

A informação que ora se disponibiliza é aquela que, face aos condicionalismos impostos pelo sigilo, foi possível preparar para livre apreciação dos destinatários e utilizadores.

Para além das atividades inerentes à realização das sessões deliberativas, desenvolveram-se adicionalmente outras atividades não menos importantes, as quais estão dependentes de cumprimento de prazos, e que, por esse facto, são e continuarão a ser um fator de preocupação permanente para os membros do Conselho.

Por efeito das eleições para os Órgãos Sociais, realizadas em outubro de 2014, resultou uma alteração do Conselho Disciplinar, mais especificamente no que se refere à presidência deste Órgão.

Nesta conformidade, o Conselho Disciplinar realizou 26 sessões em 2014.

No quadro seguinte, pode ter-se uma visão mais concreta do número de sessões realizadas pelo Conselho Disciplinar.



Ata	Data reunião
Mandato 2010/2014	
133/2014	06/01/14
134/2014	20/01/14
135/2014	03/02/14
136/2014	17/02/14
137/2014	06/03/14
138/2014	17/03/14
139/2014	26/03/14
140/2014	07/04/14
141/2014	23/04/14
142/2014	07/05/14
143/2014	20/05/14
144/2014	02/06/14
145/2014	17/06/14
146/2014	30/06/14
147/2014	14/07/14
148/2014	28/07/14
149/2014	11/08/14
150/2014	25/08/14
151/2014	10/09/14
152/2014	29/09/14
153/2014	14/10/14
154/2014	17/10/14
Mandato 2014/2017	
001/2014	03/11/14
002/2014	20/11/14
003/2014	05/12/14
004/2014	22/12/14

Numa perspetiva meramente quantitativa, temos um resumo do número de sessões por ano, podendo assim comparar-se a atividade decorrida nos anos de 2012, 2013 e 2014.

Ano	2012	2013	2014
N.º de sessões plenárias	27	27	26

Pela observação do quadro de análise dos denunciantes ao Conselho Disciplinar, pode ter-se uma visão dos agentes internos e externos que mais dinamizam as atividades desenvolvidas.

Denunciante	Tipo processo	Total anual	Total anual (%)	
Anónimos	Outro	5	0%	
C.D. Oficiosamente	Quotas	2	49	1%
	Outro	1		
Cientes	Outro	228	6%	
Conselho Diretivo	Quotas	1698	3 291	88%
	Outro	16		
AT	Outro	4	0%	
Diversos	Outro	3	0%	
MTSS./ POPH	Outro	4	0%	
TOC	Outro	122	3%	
Tribunais / M. Público	Outro	24	1%	
Total de participantes		3730	100%	



Decorrentes de decisões tomadas nas sessões plenárias, foram entre outras, tomadas deliberações no sentido de:

A.1 – Instauração de processos disciplinares (PD) e abertura de processos de inquérito (PI)

Processos de inquérito – 147

Processos disciplinares – 184

Processos disciplinares de quotas – 2 147

O que significa uma diminuição quanto aos P.I. e um aumento nos P.D. e P.D.Q. comparativamente com 2013.

A.1.1 – Durante o ano de 2014, foram analisadas e tomadas decisões sobre 3 706 participações apresentadas pelas pessoas ou entidades abaixo indicadas, sendo que destas participações, 3 253 eram relativas a quotas e 453 a não-quotas. As referidas participações foram apresentadas, por:

- a) Conselho Diretivo;
- b) Clientes dos técnicos oficiais de contas;
- c) Técnicos oficiais de contas;
- d) Conselho Disciplinar (oficiosamente);
- e) Tribunais/DIAP/Ministério Público;
- f) Administração Tributária e Aduaneira;
- g) Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (POEFDS/POPH);
- h) Anónimos.

A instauração ou abertura de processos no ano não decorre apenas das denúncias recebidas no mesmo, dado que existem denúncias recebidas no final do ano anterior, as quais só têm análise no decorrer do ano seguinte.

A.1.2 – Após análise das referidas participações, e eventualmente na sequência de necessária solicitação aos participantes ou a terceiros de informações, esclarecimentos ou provas adicionais, o CD deliberou:

- a) Instaurar 2 331 processos disciplinares;
- b) Abrir 138 processos de inquérito;



- c) Apensar 147 participações a processos; e,
- d) Arquivar liminarmente 512 participações.

A.2 – Acompanhamento e análise dos processos:

O Conselho Disciplinar, no decurso do ano de 2014:

- a) Analisou 919 despachos de acusação;
- b) Aprovou 997 relatórios com proposta de arquivamento;
- c) Aprovou 37 relatórios com proposta de convoção de processo de inquérito em disciplinar; e,
- d) Aprovou 310 relatórios com proposta de aplicação de pena disciplinar.

Todas as peças processuais atrás referidas são, previamente à sua aprovação final em sessão do Conselho, revistas ou avaliadas pelos membros do referido Órgão, o que significa que foram no seu conjunto revistas 2 263 peças processuais.

A finalização das referidas peças processuais é sempre precedida de diligências instrutórias/disciplinares que formalmente compreendem a realização, pelo instrutor designado, de todos os atos destinados a recolher prova que habilite o Conselho Disciplinar ao seu julgamento.

Em termos substanciais, destinam-se a promover, para além da descoberta da verdade material, o cumprimento do princípio do contraditório, trave mestra de todo o procedimento disciplinar.

No quadros seguintes pode ver-se a distribuição pelos anos de 2011 a 2014 dos acórdãos emitidos, bem como o respetivo tipo de decisão.

Assim, no âmbito das atribuições do Conselho Disciplinar, foram elaborados e expedidos 11 071 ofícios e protocolos.

No âmbito do julgamento dos processos instaurados e abertos realizaram-se:

- 1 320 julgamentos, dos quais 907 relativos a quotas e 413 de não quotas, daqui resultou o arquivamento de 1 014 processos, dos quais 756 de quotas e 258 não quotas e a aplicação de 306 penas disciplinares, com a seguinte graduação:
 - 50 penas de advertência;
 - 232 penas de multa;



- 11 penas de suspensão; e
- 13 penas de expulsão.

O quadro seguinte permite uma visão mais analítica do resultado final das decisões do Conselho, reportadas aos anos de 2011 a 2014.

Atividades		2011	2012	2013	2014
N.º processos de inquérito abertos (PI)		134	161	138	147
N.º processos disciplinares instaurados (PD)	Não quotas	350	274	258	184
	Quotas	4 129	2 201	1 607	2 147
N.º de sessões plenárias		37	27	27	27
N.º de acórdãos emitidos:	Não quotas	445	297	314	413
	Quotas	1 654	1 558	1 150	907
N.º de recursos de revisão concedidos		21	30	6	8

Em conclusão, tal como já se referia no relatório de 2013, assiste-se a uma tendência para a diminuição do número de acórdãos emitidos. Tal não significa um menor esforço quer dos membros do Conselho quer de todos os recursos humanos que lhe são disponibilizados pelo departamento Jurídico. As razões para esta situação, em nosso entender, prendem-se com uma maior interiorização por parte dos profissionais dos valores de ética e deontologia profissional e ainda com a sofisticação dos próprios processos que exigem uma atenção mais acentuada na análise dos mesmos.

Acresce ainda dizer que, face ao grande número de inscrições canceladas, muitos processos são arquivados sem aplicação de pena, pois não interessa manter litígios com quem já não pertence ao número dos que querem continuar a fazer parte da OTOC.

É de referir que o esforço de cobrança de quotas por parte do Conselho Diretivo tem sido mais eficaz, produzindo efeitos a jusante, ou seja, em menos casos reportados ao Conselho Disciplinar e em dívida de valores menos expressivos.

O quadro seguinte enquadra, por tipo de ações praticadas ou omitidas, que deram origem à qualificação sistematizada das infrações denunciadas.



Natureza	2011		2012		2013		2014	
	Total	Imp.%	Total	Imp.%	Total	Imp.%	Total	Imp.%
01. Incorreções técnicas (contabilísticas e fiscais)	70	12,0%	99	11,8%	13	5,8%	36	9,5%
02. Falta de entrega e entrega extemporânea de declarações fiscais	104	17,8%	137	16,3%	41	18,1%	40	10,6%
03. Retenção de documentos	86	14,8%	119	14,1%	24	10,6%	35	9,3%
04. Apropriação de verbas confiadas para pagamento de contribuições e impostos	11	1,9%	14	1,7%	4	1,8%	17	4,5%
05. Falsificação de documentos	7	1,2%	8	1,0%	5	2,2%	12	3,2%
06. Falta de colaboração para com o colega sucessor	8	1,4%	11	1,3%	4	1,8%	3	0,8%
07. Falta de comunicação ao colega antecessor	46	7,9%	52	6,2%	22	9,7%	22	5,8%
08. Assumpção de funções, havendo honorários em dívida ao colega antecessor	48	8,2%	75	8,9%	20	8,8%	33	8,8%
09. Comportamento contrário à dignidade e prestígio da Ordem	0	0,0%	8	1,0%	2	0,9%	0	0,0%
10. Comportamento contrário à dignidade e prestígio dos Órgãos Sociais e respetivos membros	0	0,0%	1	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
11. Comportamento contrário à dignidade e prestígio da profissão	50	8,6%	69	8,2%	13	5,8%	50	13,3%
12. Angariação ilícita de clientela	17	2,9%	40	4,8%	10	4,4%	20	5,3%
13. Quebra de sigilo profissional	1	0,2%	3	0,4%	0	0,0%	1	0,3%
14. Não pagamento atempado de quotas e outros encargos devidos à Ordem	2 720	0,0%	2 493	0,0%	113	0,0%	3 264	0,0%
16. Falta de cumprimento do art.º 10.º (n.º de clientes, volume de negócios)	4	0,7%	19	2,3%	26	11,5%	12	3,2%
17. Recusa de encerramento de exercício fiscal	0	0,0%	6	0,7%	3	1,3%	2	0,5%
18. Incompatibilidade no exercício de funções	4	0,7%	6	0,7%	0	0,0%	4	1,1%
19. Concorrência desleal	3	0,5%	4	0,5%	0	0,0%	7	1,9%
20. Aceitação de trabalhos sem a adequada capacidade técnica e meios (princípio da idoneidade)	13	2,2%	1	0,1%	0	0,0%	6	1,6%
21. Falta de colaboração com a Administração Fiscal	6	1,0%	5	0,6%	2	0,9%	2	0,5%
22. Falta de colaboração com a Ordem	3	0,5%	7	0,8%	2	0,9%	5	1,3%
23. Fraude fiscal	4	0,7%	7	0,8%	1	0,4%	4	1,1%
24. Falta de colaboração/informação ao cliente	27	4,6%	60	7,1%	12	5,3%	17	4,5%
25. Abandono indevido de funções	14	2,4%	11	1,3%	4	1,8%	4	1,1%
26. Incumprimento do Regulamento de Estágio	0	0,0%	1	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
27. Subscrição de declarações fiscais e outros documentos que não resulta do exercício de funções	6	1,0%	5	0,6%	3	1,3%	7	1,9%
28. Prática de atos da competência de outros profissionais	2	0,3%	1	0,1%	0	0,0%	2	0,5%
29. Incumprimento do Regulamento de Controlo de Qualidade	15	2,6%	5	0,6%	1	0,4%	6	1,6%
30. Falta de contrato escrito relativo à prestação de serviços de TOC	9	1,5%	11	1,3%	0	0,0%	1	0,3%
31. Não participação ao Ministério Público, através da Ordem, de crimes públicos.	0	0,0%	5	0,6%	0	0,0%	0	0,0%
32. Divulgação e/ou crítica do trabalho efetuado por colega sem o seu consentimento.	1	0,2%	2	0,2%	0	0,0%	0	0,0%
33. Quebra de independência técnica no exercício de funções	6	1,0%	9	1,1%	0	0,0%	7	1,9%
34. Falta de entrega e entrega extemporânea de declarações parafiscais a seu cargo	3	0,5%	9	1,1%	1	0,4%	5	1,3%
35. Omissão de pedido de recusa de assinatura junto da Direção	2	0,3%	3	0,4%	3	1,3%	0	0,0%
36. Burla	4	0,7%	8	1,0%	6	2,7%	8	2,1%
37. Violação do princípio da responsabilidade	9	1,5%	21	2,5%	4	1,8%	9	2,4%
Total não quotas	583	100%	842	100%	226	100%	377	100%
Total quotas	2 720		2 493		113		3 264	
Total	3 303		3 335		339		3 641	



Comparando os dados relativos à natureza das infrações em 2013 com os apurados do ano de 2014, não obstante o número de julgamentos efetuados ser mais reduzido, regista-se um maior número de decisões de arquivamento, o que não deixa também de ser uma nota positiva, o que se regista com agrado. Tal significa que, ou os casos participados foram sanados voluntariamente pelos presumíveis infratores, ou os motivos das participações não eram de tal forma graves que merecessem por parte do Conselho Disciplinar, o sancionamento disciplinar, o que só abona em favor dos TOC.

Breve análise sociológica e geográfica

Os dados constantes do quadro seguinte pretendem dar apenas uma ideia aproximada dessa realidade sociológica, etária e geográfica das participações não relacionadas com quotas.

Distritos	TOC ativos		Part. que deram origem a pena	Análise dos infratores por distrito, sexo e idade										Total Arguidos	% por distrito	
	M	F		Sexo		Faixa etária (à data do Acórdão)						S/D	M		F	
				M	F	<25	25-29	30-49	50-59	≥60						
Aveiro	2 574	2 864	126	56	29	0	2	47	21	14	1	85	2	1		
Beja	240	238	11	6	3	0	0	6	3	0	0	9	3	1		
Braga	2 619	2 953	60	40	15	0	1	41	10	3	0	55	2	1		
Bragança	251	282	16	9	2	0	0	7	3	1	0	11	4	1		
C. Branco	593	448	15	9	4	0	1	7	2	3	0	13	2	1		
Coimbra	1 375	1 445	60	32	16	0	1	27	10	9	1	48	2	1		
Évora	402	331	15	10	5	0	0	8	6	1	0	15	2	2		
Faro	1 005	1 153	73	28	12	0	2	21	14	3	0	40	3	1		
Guarda	328	347	7	8	3	0	1	4	6	0	0	11	2	1		
Leiria	1 437	1 757	86	50	22	0	2	44	11	15	0	72	3	1		
Lisboa	9 904	9 984	718	218	118	0	3	175	93	64	1	336	2	1		
Portalegre	267	244	8	3	3	0	0	5	1	0	0	6	1	1		
Porto	6 480	6 904	308	153	69	0	2	129	52	39	0	222	2	1		
RA Madeira	597	571	32	19	6	0	0	16	5	4	0	25	3	1		
RA Açores	453	344	9	7	0	0	0	3	3	1	0	7	2	0		
Santarém	1 201	1 175	59	39	13	0	0	24	23	5	0	52	3	1		
Setúbal	2 651	3 231	138	73	45	0	2	65	27	24	0	118	3	1		
V. Castelo	490	672	22	15	7	0	0	14	5	3	0	22	3	1		
Vila Real	343	463	11	6	3	0	1	7	0	1	0	9	2	1		
Viseu	874	804	29	22	3	0	0	12	7	6	0	25	3	0		
Não ident.	782	749	324	32	11	0	0	25	7	9	2	43	4	1		
Totais	34 866	36 959	2.127*	835	389	0	18	687	309	205	5	1.224*	2	1		
		71 825														

* O número de participações não tem de ser igual ao número de infratores, porque uma participação pode abranger vários infratores e estes podem corresponder a várias participações.



Recursos de revisão

Por força do disposto no art.º 84.º do EOTOC, as decisões disciplinares podem ser revistas a todo o tempo pelo Conselho Disciplinar, a requerimento do TOC visado, com fundamento em novas provas ou novos factos que não puderam ser considerados no decorrer da instrução, suscetíveis de alterar a decisão anteriormente proferida, dos quais deferiu 6.

Tal como já se referiu em relatórios anteriores, deverá alertar-se que o deferimento dos requerimentos de revisão não implica, necessariamente, à partida, a revogação da decisão anteriormente proferida e plasmada em acórdão, podendo ser mantida a decisão ou revogada total ou parcialmente a mesma, após recolha de prova no decurso das novas diligências instrutórias efetuadas no âmbito dos processos entretanto reabertos, razão pela qual o Conselho mantém as mesmas diretrizes.

Assuntos diversos

Os factos e dados acabados de descrever, no âmbito do presente relatório de atividades, correspondem não só à atividade específica e procedimentos intrínsecos desenvolvidos pelo Conselho Disciplinar enquanto Órgão da OTOC previsto estatutariamente e corresponde às atribuições e competências que naquele âmbito lhe estão conferidas.

Não obstante, como se trata de um Órgão inserido na estrutura da Ordem, o âmbito do desenvolvimento e abrangência dos seus trabalhos abordou todo um conjunto de temas que relevam não só da necessária e inerente interação entre Órgãos, mas também, os procedimentos e orientações internos.

Neste âmbito foram desenvolvidas ou promovidas as intervenções seguintes:

- Participação em assembleias gerais da OTOC;
- Participação em reuniões com o Bastonário;
- Realização de reuniões com os juristas afetos à instrução de processos;
- Elaboração de memorandos e notas internas ao Conselho Diretivo e ao Bastonário;
- Notas informativas à responsável pelo departamento Jurídico e realização de reuniões com a mesma;
- Estabelecimento de um programa de objetivos mínimos no âmbito da redução de pendências;
- Estabelecimento de diversas normas no âmbito da sistematização de procedimentos inerentes à condução da instrução dos processos;



- Colaboração com a responsável pelo departamento Jurídico no âmbito do planeamento e preparação das ações tendentes à melhoria das ferramentas informáticas.

Movimento de correspondência do Conselho

Os movimentos de correspondência distribuem-se pelos seguintes itens:

- Correspondência interna enviada:

Quer no âmbito da sua atividade específica – relevando-se a imposição estatutária de comunicação dos acórdãos ao Conselho Diretivo –, quer no âmbito da interação entre Órgãos, e, ainda, dos procedimentos e orientações internos, o Conselho Disciplinar, efetuou 272 comunicações internas.

- Correspondência remetida para o exterior:

Neste âmbito, o Conselho Disciplinar, entre notificações, dirigidas aos interessados nas deliberações e ofícios de instrução remeteu 10 799 documentos.

Constata-se assim que, no conjunto, se verificou um valor global de 11 071 expedições.

- Correspondência interna e externa recebida:

No decurso de 2014, foi rececionada diversa correspondência, a qual atingiu o significativo número de 13 423 registos de entrada.

Quadro geral das atividades do Conselho

Como corolário do que se vem referindo, pode ver-se pela análise dos dados constantes no quadro seguinte, identificado como estatística do Conselho Disciplinar, reportado a dezembro, os aspetos mais relevantes das atividades gerais desenvolvidas por este órgão.



Atividade		2011	2012	2013	2014	Acumulado
1 - N.º de TOC inscritos	1.1 - Ativos	1300	1307	1088	791	71825
	1.2 - Suspensos ou cancelados (1)	1998	1831	1667	1410	20310
2 - Pareceres (2)	2.1 - Recebidos	1	1	1	0	6
	2.1 - Concluídos	1	1	—	0	5
3 - N.º de participações recebidas:		5168	3085	2217	3706	40187
	3.1 - Quotas	4603	2469	1767	3253	33819
	3.2 - Outras	565	616	450	453	6368
4 - Correspondência expedida (3)		14226	10589	10276	11071	166826
5 - N.º processos de inquérito abertos (PI)		134	161	138	147	2685
6 - N.º processos disciplinares instaurados (PD)		4479	2475	1865	2331	33568
	6.1 - Quotas	4127	2200	1607	2147	30608
	6.2 - Outros (4)	352	275	258	184	2960
7 - N.º de acórdãos emitidos:		2099	1855	1464	1320	26031
7.1 - com penas aplicadas	7.1.1 - Quotas	389	240	93	151	5193
	7.1.2 - Outras	136	134	103	155	1386
7.2 - de arquivamento	7.2.1 - Quotas	1265	1318	1057	756	17172
	7.2.2 - Outras	309	163	211	258	2280
8 - Processos em curso		2941	2277	1864	2395	9080
	8.1 - PI	51	143	122	136	384
	8.2 - PD	188	189	207	136	596
	8.3 - PDI (4)	15	25	31	20	33
	8.4 - PDQ	2687	1920	1504	2103	8067
	8.5 - Aguardar m.p. (PI, PD, PDI, PDQ) (5)	0	0	0	13	13
9 - N.º de juristas a colaborar com o CD (internos) (5)		9	9	8	10 (6)	—
10 - N.º de administrativos a colaborar com o CD		5	6	4	4	—
11 - N.º de membros do CD		3	3	3	3	—
12 - N.º sessões plenárias		37	27	27	26	652

(1) Inclui as inscrições que, entretanto, foram anuladas por suspensão, cancelamento e óbito.

(2) Art.º 41.º, al) b do ECTOC. Os totais são calculados p/ano de entrada no Conselho Disciplinar.

(3) Para outros órgãos/departamentos ou para o exterior.

(4) Inclui PI convolados em PD e PD reabertos.

(5) Este valor está incluído nos itens anteriores, pelo que não deve ser considerado como parte do somatório do total de processos em curso.

(6) Ao total de instrutores internos acresce um externo. Do total existem duas instrutoras ausentes, por baixa médica e licença de maternidade.

■ Total de remessas do Conselho Diretivo. Após filtragem dos dados, alguns processos não são instaurados, por regularização da dívida de quotas ou outra situação.

VIII. COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Para o desempenho da sua missão, atenta a sua dimensão e heterogeneidade, a Ordem tem vindo a criar grupos de trabalho que, dependendo dos seus objetivos, têm uma natureza de permanência ou uma duração limitada no tempo.

Com referência a 31 de dezembro de 2014, a Ordem tinha duas comissões permanentes: a Comissão de História da Contabilidade e a Comissão de Controle da Qualidade. A primeira é presidida por Lúcia Lima Rodrigues e a segunda por António Lopes Pereira.

Existe ainda um grupo de trabalho permanente que temos vindo a designar por Júri de Exames, presidido por Pedro Roque.



Aquelas comissões, no decurso de 2014, desenvolveram a seguinte atividade:

Comissão de História da Contabilidade (CHC)

Os acontecimentos mais relevantes do período foram: a realização do VII Encontro de História da Contabilidade, no dia 28 de novembro, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa e a participação da CHC-OTOC no *12th World Congress of Accounting Educators and Researchers*, em Florença, entre 13 e 15 de novembro, onde apresentou o artigo *Double-entry bookkeeping and the manuscripts dictated in the Lisbon School of Commerce*.

A CHC-OTOC realizou cinco reuniões durante o ano em análise.

Sétimo Encontro de História da Contabilidade

A realização do Sétimo Encontro de História da Contabilidade, no dia 28 de novembro de 2014, no Centro Cultural de Belém, Lisboa caracterizou-se por uma participação idêntica à que se tinha verificado em 2012 e 2013 (mais de 200 inscrições), tendo os participantes mantido o seu interesse ao longo da jornada, o que revela o seu nível de entusiasmo.

É também de salientar a elevada qualidade das comunicações apresentadas, a colaboração da *Asociación Española de Contabilidad e Administración* (AECA) (através do professor Jorge Tua Pereda com a comunicação *La Contabilidad de los Monasterios en la Ilustración: Estado de la cuestión*) e a colaboração da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES) (através de Pedro Neves com uma comunicação intitulada «A evolução da divulgação de informação nos Relatórios de Gestão em Portugal na segunda metade do século XX»). Foi positivo, tal como aconteceu em anos anteriores, o facto de as comunicações cobrirem diversas áreas de investigação, mostrarem diferentes metodologias e provirem quer de académicos quer de profissionais de contabilidade. De salientar ainda a presença dos dois doutorados até ao momento na área da História da Contabilidade: Delfina Gomes e José Miguel Oliveira. Também o empenho, a cordialidade e eficiência dos funcionários da OTOC que colaboraram com a Comissão Organizadora do Encontro é digna de uma palavra de apreço e louvor.

Tal como aconteceu nos Encontros anteriores foi publicado um livro com o objetivo de se consolidar a imagem dos Encontros de História da OTOC que manteve a estrutura das publicações dos Encontros anteriores.



Participação em conferências internacionais pela CHC-OTOC

Em novembro de 2014, a Ordem fez-se representar, através da presidente Lúcia Lima Rodrigues e da vogal Leonor Ferreira da CHC-OTOC no *12th World Congress of Accounting Educators and Researchers*, em Florença, entre 13-15 de Novembro, onde apresentaram o artigo *Double-entry bookkeeping and the manuscripts dictated in the Lisbon School of Commerce*, fruto de uma coautoria dos membros da CHC-OTOC e da vontade de contribuírem para o conhecimento sobre o ensino da contabilidade na Aula do Comércio.

Atualização do menu da História da Contabilidade no sítio da OTOC

A comunicação via Internet é muito importante. Por isso, o menu próprio da Comissão de História tem sido atualizado regularmente, estando neste momento disponível todo o material relativo ao sétimo encontro.

Comissão do Controlo de Qualidade (CCQ)

No ano em apreço, a atividade da CCQ focou-se fundamentalmente na prossecução dos seguintes objetivos:

- Dar seguimento aos controlos de qualidade (CQ) em curso, com um particular enfoque nos que resultaram de segunda visita, bem como àqueles que foram acionados por despacho específico do Bastonário.
- Efetuar, pela CCQ, os CQ abertos em consequência dos pedidos de derrogação dos limites da atividade nos termos do n.º 5 do art.º 8.º do EOTOC.
- No sentido de melhor distribuir os controladores pelo todo nacional, com exceção das regiões autónomas, e racionalizar os gastos da CCQ, procedeu à seleção de novos controladores nos distritos onde se verificavam essas necessidades.
- Deste modo, a Comissão do Controlo de Qualidade (CCQ), no decurso do ano de 2014 e no âmbito das suas atribuições, analisou e elaborou propostas de despacho em 826 processos de CQ.
- Em consequência dos CQ reprovados, o Conselho Diretivo remeteu para eventual procedimento disciplinar 14 processos.

No decurso de 2014 foram analisados 135 processos resultantes de segundas visitas, cujos resultados confirmam a justeza da avaliação que foi feita no sentido de «dar uma segunda oportunidade» aos colegas que na primeira visita demonstraram ser possível reverter a situação encontrada.

Considerando que as equipas do Controlo de Qualidade (ECQ) são o primeiro pilar do CQ e a sua face mais visível, os membros da CCQ reuniram



com os controladores que lhes estão adstritos, e mantiveram com eles um contacto muito próximo, ao longo do ano, por forma a resolver atempadamente os problemas que surgiram durante a preparação e efetivação dos CQ que lhes foram atribuídos.

No ano de 2014 a CCQ realizou 15 reuniões plenárias, para além das sessões de trabalho dos seus membros para análise dos processos de CQ.

No processo de desmaterialização do CQ, os serviços de apoio à CCQ têm arquivados em suporte digital todos os processos concluídos.

É de relevar a forma competente e dedicada, e o espírito de missão com que as ECQ, muitas vezes em condições difíceis, realizaram as suas tarefas, sem o que não lhe era possível cumprir a sua função.

Finalmente, tendo consciência do investimento que a Ordem suporta com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por esta Comissão do Controlo de Qualidade, tem, também, a convicção de que as ações levadas a cabo tornam-se indispensáveis à melhoria da credibilidade e salvaguarda dos interesses da nossa profissão.

Processos	E		ANR		AMR		AOR		REP		Total	
	Qt.	%										
Sorteio membros	85	10,3%	60	7,3%	70	8,5%	61	7,4%	78	9,4%	354	42,9%
Sorteio sociedades	14	1,7%	45	5,4%	55	6,7%	73	8,8%	109	13,2%	296	35,8%
Despacho Bastonário	4	0,5%	2	0,2%	3	0,4%	5	0,6%	7	0,8%	21	2,5%
Segundas visitas	27	3,3%	6	0,7%	26	3,1%	38	4,6%	38	4,6%	135	16,3%
Derrogações											4	0,5%
Novos controladores											16	1,9%
TOTAIS	130	15,7%	113	13,7%	154	18,6%	177	21,4%	232	28,1%	826	100,0%

Legenda: E - Especiais | ANR - Aprovado sem Nada a Referir | AMR - Aprovado com Observações e Recomendações de Menor Relevância | AOR - Aprovado com Observações e Recomendações Relevantes | REP - Reprovado

Novos controladores	
Candidaturas recebidas na OTOC	73
Fora dos critérios	51
Desistências	1
Candidatos válidos	21
Controlos Qualidade candidatos	16
Aceites como novos controladores	9

Júri de exame

O Júri de Exame, nos termos da definição que presidiu à sua criação, tem como missão conceber, elaborar e executar os exames de admissão à Ordem.



As personalidades que compõem o júri acumulam uma vasta experiência académica, pedagógica e profissional, vertendo na estrutura e forma do exame toda a experiência nas matérias que o compõem.

Este exame tem como objetivo avaliar a capacidade dos candidatos de aplicar na prática o que aprenderam em teoria.

A Ordem tem vindo a realizar três exames por ano, procurando encontrar as necessárias respostas para os recentes licenciados, propiciando-lhes a entrada no mundo ativo do trabalho.

2013		2014	
Exame	N.º candidatos	Exame	N.º candidatos
23 de fevereiro	900	1 de fevereiro	833
29 de junho	901	17 de maio	797
12 de outubro	1008	4 de outubro	1113
Total	2809	Total	2743

IX. DEPARTAMENTOS DA ORDEM E SERVIÇOS

A Ordem estrutura a sua organização em departamentos e serviços.

A funcionalidade de alguns desses departamentos, pela primeira vez no ano de 2014, como é o caso do departamento de Comunicação e Imagem, Sistemas de Informação, Funcionamento e de Consultoria, aparecem-nos interligados com algumas funções da Ordem, como são os casos descritos.

Outros, pela sua universalidade, têm que ser tratados isoladamente, como é o caso do Departamento Jurídico, do Apoio aos Órgãos e dos serviços de Contabilidade, Tesouraria e Correspondência.

É destas estruturas que passamos a apresentar a funcionalidade que tiveram no decurso de 2014:

Departamento de Apoio aos Órgãos

O departamento de Apoio aos Órgãos (DAO) tem por principal missão prestar assistência e serviço de secretariado ao Bastonário, Conselho Diretivo, Assembleia Geral, todas as comissões permanentes e eventuais da Ordem e atribuição dos Prémios Professor Rogério Fernandes Ferreira e Professor Sousa Franco. Age sob a coordenação direta do Bastonário e conta com 27 colaboradores que tratam do apoio administrativo nas seguintes áreas:



- Seguro de responsabilidade civil profissional;
- Seguro de saúde;
- Fundo de pensões;
- Fundo de solidariedade social;
- Controlo de Qualidade;
- Exames;
- Organização das deslocações internacionais;
- Revista Contabilidade e Gestão;
- História da Contabilidade;
- Gabinete de Estudos;
- Colégios de Especialidade;
- Biblioteca;
- Economato; e
- Arquivo geral da Ordem.

Integram ainda este departamento as representações da OTOC onde exercem atividade 14 colaboradoras, que apoiam todas as ações de formação da Ordem e assuntos administrativos da representação.

Os restantes colaboradores prestam atividade na sede Ordem no desempenho das funções referidas, bem como dos serviços externos, segurança, limpeza, receção e atendimento telefónico.

O DAO conta com uma equipa de trabalho multidisciplinar que se destaca no cumprimento de todas as funções atribuídas quer individual quer coletivamente.

Sucintamente a atividade deste departamento apresenta-se no quadro seguinte:



Atividade	2013	2014
ATAS		
Assembleias Gerais	3	4
Presidentes dos Órgãos		1
Órgãos da OTOC	3	4
Conselho Superior	2	3
Conselho Diretivo	37	35
Colégios de Especialidade	10	4
Gabinete de Estudos	10	10
Comissão do Controlo de Qualidade	16	15
Júri de Exame	3	4
Comissão EAVFE	1	1
Comissão EAVRPDE	3	2
Prémio Prof. Rogério Fernandes Ferreira		9
Academia Contabilística		3
Notas internas	193	163
Protocolos externos	17	25
Protocolos internos	1393	942
Entidades equiparadas	7	7
Formações equiparadas (novas ações)	218	201
CQ – Processos abertos e derrogações	884	872
Inscrição/exames – Processos tratados	5 246	
Biblioteca	157	1649
Fundo Solidariedade Social – atribuídos	15	21
Fundo de pensões – resgates	172	183
Revista Contabilidade e Gestão – artigos tratados	9	16
Seguro de responsabilidade civil profissional	138	301
História da Contabilidade – membros associados	3	6
Prémio Prof. Rogério Fernandes Ferreira		31
Correspondência		
Correspondência recebida e tratada	22 407	18 564
Correspondência enviada	14 065	12.151
Exames – candidatos e inscrição	2 623	2 739
Exames – colégios, trabalhos discutidos	39	6
Inscrição, cancelamentos, suspensões	230	248
Fotocópias	97 357	100 357
Pasta TOC		
Questões respondidas DAO/CQ/Bastonário	3 329	4 337
Organizações internacionais		
Deslocações a congressos, reuniões e assembleias	19	14
Representantes	32	48
Receção – sede		
Atendimento presencial a membros	5 244	3 333
Atendimento central telefónica	30 182	28 540
Registo total de entradas	20 010	19 819
Representações		
Atendimento presencial	3 988	4 151
Correspondência recebida	620	574
Correspondência enviada	1 282	1 377

Departamento Jurídico

O departamento Jurídico é, a par do departamento de Apoio aos Órgãos, um dos maiores da Ordem. Aborda e trata um vasto conjunto de matérias, tais como: questões de ética e deontologia, interpretação do Estatuto, instrução de processos disciplinares, bem como a orientação interpretativa da lei, entendida esta na especificidade das matérias inerentes à responsabilidade assumida pelos Técnicos Oficiais de Contas.

Funciona sob a coordenação da diretora Rosa Teresa Santos, tem 26 colaboradores, em que 18 são juristas, dois dos quais advogados e oito administrativos.

No decurso do ano de 2014, para além dos elementos constantes do relatório do Conselho Disciplinar, releva-se ainda a seguinte funcionalidade:

Atividade	2013	2014	Dif*% (2013)
Averiguações	1021	1051	+2,94%
Esclarecimentos	3476	3828	+10,13%
Remessa ao Conselho Disciplinar (nos proc. de averig. e de esclarec.)	111	109	-1,80%
Recursos (exame profissional)	53	40	-24,53%
Cancelamentos compulsivos (Conselho Diretivo)	18	3	-83%
Execução de penas de expulsão	3	9	+200%
Execução de penas de suspensão	14	11	-21,43%
Execução de suspensão oficiosa	0	0	0%
Execução de pena acessória	9	4	-100%
Cancelamento voluntário	934	1040	+11,35%
Suspensão voluntária	303	261	-13,86%
Cancelamento oficioso (morte)	152	138	-9,25
Emissão de certidão	22	22	0,00%
Ofícios de interpelação de quotas	9191	11593	+26,13%
Processos de quotas remetidos ao Conselho Disciplinar	1665	2324	+39,58%
Correspondência expedida pelo setor jurídico	19114	19227	+0,59%
Correspondência rececionada pelo setor jurídico	20891	4455(a)	-78,68%
ATENDIMENTO AO PÚBLICO			
Atendimento telefónico a membros	11160	11191	+0,28%
Atendimento presencial a membros	525	684	+30,29%
Atendimento presencial e telefónico a não membros	2994	2290	-23,51%
PASTA TOC			
Mensagens respondidas	3146	7614	+142,02%

(a) Introdução da digitalização

Contencioso	Em curso	Concluídos	Total
Ação administrativa especial	31	51	82
Ação executiva	781	1572	2353
Ação cível denúncia ao Ministério Público	3	24	27
Oposição à execução	14	25	39

Instrução disciplinar*	2013	2014	Dif*% (2013)
N.º de relatórios para deduzir despacho de acusação	555	919	+65,59%
N.º de relatórios para convocar proc. Inquérito em proc. Disciplinar	37	37	0,00%
N.º de relatórios com proposta de aplicação de pena disciplinar	194	310	+59,79%
N.º de relatórios com proposta de arquivamento	1277	997	-21,93%
Correspondência expedida na instrução disciplinar	9958	10799	+8,45%
Correspondência rececionada na instrução disciplinar	13224	13423	+1,50%

* O detalhe desta informação está disponível no relatório de atividades do Conselho Disciplinar



Serviços de Tesouraria

Os serviços de Tesouraria têm como missão receber os valores destinados à Ordem, pagar os montantes devidos pela Ordem, depois de devidamente autorizados pelo Bastonário ou pelo diretor competente, bem como providenciar os meios financeiros necessários para o funcionamento da instituição ou propor as melhores soluções para aplicação de excedentes financeiros.

Conta com quatro colaboradores e é coordenado pelo diretor Manuel Vieira.

No ano de 2014, apresenta os seguintes elementos de funcionalidade.

Atividade	Quantidade
Pagamentos de quotas efetuados no sítio da OTOC sistema <i>online</i> – UNICRE MB-net	252 215
Pagamentos de quotas efetuados nos CTT	1021
Cheques e vales postais recebidos/ Registados para pagamento de quotas, vinhetas, e das várias ações de formação	5 382
Entradas em bancos	7 011
Saídas de bancos	
Cheques emitidos (membros e fornecedores)	808
Débitos em conta (pag. <i>ebanking</i>)	8 111
Débitos bancários	97
Elaboração de cartas a devolver cheques aos membros por incorreção e correspondência geral	83
Faturas de fornecedores recebidas e registadas na gestão comercial	5 011
Recibos mod. 6 (verdes) recebidos e registados na gestão comercial	1 818
Membros/Registos que optaram pelo pagamento por Multibanco	
1.º Trimestre	70 287
Envio por <i>email</i>	58 195
Envio por CTT	12 092
2.º Trimestre	62 113
Envio por <i>email</i>	54 102
Envio por CTT	8 011
3.º Trimestre	60 059
Envio por <i>email</i>	53 451
Envio por CTT	6 608
4.º Trimestre	60 058
Envio por <i>email</i>	50 996
Envio por CTT	9 062
Total enviado por <i>email</i>	216 744
Total enviado por CTT	35 773
Total geral	252 517
Membros/Registos que optaram em 2011 pelo pagamento pelo sistema de débitos diretos	995
<i>Emails</i> recebidos pelo endereço otoc.tesouraria@otoc.pt	2 369
Pasta TOC - Questões entradas	1 307
Questões respondidas	1 307
Questões devolvidas	0
Atendimento <i>call center</i> – Tesouraria	
Telefonemas atendidos	7 223
Telefonemas efetuados	5 153



Serviço de Contabilidade

O serviço de Contabilidade funciona sob orientação do diretor José Carlos Marques e tem como missão executar as operações contabilísticas, dar cumprimento às obrigações fiscais, elaborar mensalmente relatórios sobre a análise económica e orçamental da Ordem, e proceder à gestão administrativa do pessoal.

No decurso de 2014, apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Documentos contabilizados	2013	2014	2014/2013	%
Caixa	179	164	-15	-8%
Cobranças através dos bancos	7 191	7 374	183	3%
Pagamentos - via bancos	8 109	7 796	-313	-4%
Faturas/Faturas-recibo	6 321	6 603	282	4%
Operações diversas	7 755	4 635	-3 120	-40%
Total dos documentos	29 555	26 572	-2 983	-10%

Serviço de receção e expedição de correspondência

Este serviço funciona sob a orientação da diretora Cláudia Santos, receciona e regista toda a correspondência recebida por via postal e eletrónica, bem como procede à distribuição das questões colocadas na Pasta TOC.

Tem ao seu serviço três colaboradoras e, no ano de 2014, apresentou os seguintes elementos de funcionalidade:

Mês	Número de cartas (a)	Registos de cartas (MT) - 2014 (b)	Documentos digitalizados	Pasta TOC Questões várias
Janeiro	2 109	1 750		1 854
Fevereiro	1 983	1 666		1 200
Março	2 321	1 645		1 061
Abril	6 499	2 534		3 182
Mai	4 012	1 902		1 268
Junho	3 309	1 639		1 067
Julho	2 455		618	1 235
Agosto	1 507		748	775
Setembro	2 751		951	1 514
Outubro	2 105		942	1 733
Novembro	2 847		816	1 334
Dezembro	2 183		809	1 426
Totais	34 081	11 615	4 884	17 649

(a) Cartas registadas: 24 535; cartas sem registo: 9 546

(b) O registo MT deixou de ser feito, a partir do momento da digitalização da correspondência.



Mês	Emails Pasta TOC	Correio devolvido/ recebido (a)	Cheques recebidos	Vales-postais recebidos
Janeiro	457	618	196	15
Fevereiro	245	491	161	8
Março	277	956	285	24
Abril	804	695	173	24
Mai	412	1009	83	5
Junho	295	1348	132	13
Julho	927	779	183	17
Agosto	902	729	169	33
Setembro	1432	1353	75	8
Outubro	1408	399	107	12
Novembro	1172	781	210	19
Dezembro	1167	499	144	22
Totais	9 498	9 657	1918	200

(a) Inclui cartas devolvidas dos PDQ

Designação	2013	2014	Diferença
Correspondência recebida	30 915	34 081	10,24%
Registos (MT)	23 138	24 535	6,04%
Pasta TOC	16 166	17 649	9,17%
Email (Pasta TOC)	3 360	9 498	182,68%
Correio devolvido	10 988	9 657	-12,11%

X. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Ordem, em 2014, continuou a desenvolver a sua atividade nos organismos internacionais em que se encontra inscrita, sendo a IFAC, o CILEA e a EFAA, onde, pelos mais diversos meios, colabora na atividade daquelas instituições.

Pela proximidade e pela semelhança dos problemas profissionais, após convite formulado pela *Ordre des Experts Comptables*, de França, na pessoa do seu vice-presidente, Philippe Arraou, a Ordem inscreveu-se na *Fédération des Experts Comptables Méditerranéens* (FCM).

No que respeita à interação com as profissões congéneres nos países de língua oficial portuguesa de realçar a manutenção e desenvolvimento do excelente relacionamento com os contadores do Brasil, manifesto na organização de diversas ações conjuntas, como é o caso do «Prolatino» e do Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade.

Marcámos a nossa presença na tomada de posse do novo presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Martônio Alves Coelho, que assumiu de novo os destinos da profissão no Brasil.



Em Moçambique, temos vindo a desenvolver ações conjuntas, em parceria com o Bastonário, Mário Siteo, e desenvolvemos o «SICAM – Sistema de Informação dos Contabilistas e Auditores Moçambicanos», que deverá estar disponível ainda no decurso do primeiro semestre de 2015.

No que respeita a Angola, no final de 2014, a instituição reguladora ganhou plena eficácia com a eleição do Bastonário, Júlio Sampaio, bem como dos restantes órgãos sociais, pelo que se espera agora um estreitamento das relações entre ambas as profissões.

Refira-se que, por solicitação do governo angolano, mais propriamente da Autoridade Tributária, a Ordem realizou ações de formação para os seus quadros superiores.

XI. CONCLUSÕES

O texto já vai longo, correndo inclusive o risco de se transformar maçador, mas quem tem a preocupação de transmitir por palavras todo o sentimento que lhe vai na alma, todo o engenho e arte que colocou ao serviço de uma causa, tem sempre a sensação que falta qualquer coisa, que algo lhe escapou, que pode ser importante para quem apenas uma vez por ano toma contacto com a realidade do pulsar da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Gerir uma instituição como a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas em que, contrariamente ao que se verifica em instituições congéneres, as decisões e toda a orientação da ação é da responsabilidade dos membros dos Órgãos Sociais, não é fácil.

Não é fácil, talvez não tanto pela complexidade, mas pela sensação do dever que poderia ser melhor. Da obrigação de forma lúcida, concisa, clara e transparente de abrir as portas da Ordem e mostrar como é que as coisas se processam, deixar que os membros se envolvam, que a vivam e que dela se sintam parte integrante.

Quem vive estas coisas de forma profunda, não de oportunidade, mas do peito, de criação, sente tudo com muita profundidade, com amor, com obrigações que andam a par com a eventualidade de não fazer o melhor, não obstante a sua entrega abnegada.

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e penso que, por arrasto, também a própria profissão, são hoje, goste-se ou não, uma evidência na sociedade portuguesa e os profissionais, não obstante as dificuldades que a crise económica tem provocado no mundo do trabalho, têm uma imagem completamente diferente da que se cultivava até há bem pouco tempo.



Claro que nos sentimos felizes por sermos, em grande parte, os obreiros dessa profunda mudança que se tem operado na profissão e na própria sociedade portuguesa quanto às temáticas da contabilidade e da fiscalidade, isto é, do trabalho dos Técnicos Oficiais de Contas.

Aceitámos grandes desafios no ano de 2014, cujos reflexos surgirão apenas em anos futuros, como é o caso dos centros de formação de Lisboa e Porto e das Casas do TOC das duas cidades, mas não temos dúvidas que constituirá um importante caminho para que a Ordem possa angariar receitas acessórias, para poder não só continuar, mas também aumentar o apoio que presta aos membros.

As alterações acordadas com o governo quanto ao novo estatuto, nomeadamente quanto à nova designação da profissão, não temos dúvidas, aportará num futuro próximo fatores positivos aos profissionais.

Nem tudo correu como desejaríamos, por razões externas à profissão ou por inoportunidade de avançar com algumas iniciativas. O ano de 2014 também teve maus momentos, destacando-se a vergonha que representou para pessoas minimamente sensatas a inoperacionalidade do Portal das Finanças.

A falta de respeito pelo sacrifício dos profissionais e a insensibilidade de quem nunca fez nada, razão para não compreender o esforço sobre-humano que os TOC tiveram que desenvolver no ano de 2014, tem todos os ingredientes de se equiparar a um filme de terror.

Mas temos que ter a capacidade de seguir em frente e de continuarmos a construir o que é nosso. Se não o fizermos, ninguém o fará por nós.

XII. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Conforme o estabelecido no Estatuto da OTOC, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, mais precisamente na sua alínea c) do artigo 35.º, apresentamos à apreciação dos membros as contas do ano de 2014, depois de obtidos os pareceres do Conselho Fiscal, conforme o disposto na alínea c) do artigo 37.º e do Conselho Superior, como determina o n.º 1 do artigo 33.º-C.

Apesar da informação legalmente exigível se encontrar disponível no anexo ao balanço e demonstração de resultados que fazem parte do presente documento, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação, resultante da ação desenvolvida no âmbito do plano de atividades e orçamento que foram oportunamente aprovados.

Para o efeito apresentamos mapas de pormenor, facilitadores para a compreensão e análise.

Rendimentos e réditos

Os rendimentos e réditos obtidos, no período em análise, perfizeram um total de 14 588 156 euros distribuídos pelas grandes rubricas:

Rubricas	2013	Desvio	2014	Desvio	Orçamento
71 Vendas	76 415	189 745	266 160	188 760	77 400
72 Prestações de serviços	14 123 700	-913 226	13 210 475	-409 895	13 620 370
75 Subsídios à exploração	21 766	-19 579	2 186	-7 814	10 000
76 Reversões		7 951	7 951,16	7 951	
78 Outros rendimentos e ganhos	968 424	85 302	1 053 726	102 606	951 120
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	111 945	-64 286	47 659	-38 741	86 400
Total	15 302 250	-714 093	14 588 156	-157 134	14 745 290

Conforme se pode observar a execução foi de cerca de 99 por cento em relação ao orçamento, correspondendo a um desvio negativo de 157 134 euros. O facto determinante, como se poderá constatar no quadro mais detalhado abaixo, deve-se aos valores realizados na execução da formação face ao orçamento.

Por outro lado, temos as vendas que contribuíram significativamente para esbater aquele desvio. Assim, podemos verificar que as vendas registadas mais do que triplicaram, face ao ano anterior. De salientar o contributo significativo do TOConline responsável pelo valor de 263 040 euros durante o período em análise.



Rubricas	2013	Desvio	2014	Desvio	Orçamento
71 Vendas	76 415	189 745	266 160	188 760	77 400
711 Mercadorias	76 415	189 745	266 160	188 760	77 400
72 Prestações de Serviços	14 123 700	-913 226	13 210 475	-409 895	13 620 370
721 Joias	100 700	-30 200	70 500	-25 000	95 500
722 Quotas	10 566 570	-14 970	10 551 600	33 180	10 518 420
72201 Quotização-membros efetivos	10 371 936	-16 494	10 355 442	43 302	10 312 140
72202 Quotização-membros suspensos	194 634	1 524	196 158	-10 122	206 280
723 Ações de formação "OTOC"	2 678 880	-498 904	2 179 976	-330 954	2 510 930
7231 Formação eventual	1 391 904	-108 048	1 283 856	-156 144	1 440 000
7232 Formação segmentada	562 872	-123 240	439 632	-70 748	510 380
7233 Formação permanente	29 056	-18 048	11 008	-40 192	51 200
7234 Formação à distância	678 164	-244 740	433 424	-63 176	496 600
7235 Formação recorrente	16 884	-4 828	12 056	-694	12 750
724 Eventos "OTOC"	497 537	-337 002	160 535	-63 785	224 320
72403 Conferências	88 118	29 632	117 750	-106 570	224 320
72404 Sessões de esclarecimento	273 340	-249 580	23 760	23 760	
72405 Congresso Internacional de Custos	52 189	-52 189			
72406 Cong. Intern. Contabilidade e Auditoria	30 400	-30 400			
72407 I Congresso Internacional de IVA	42 150	-42 150			
72408 I Congresso de Fiscalidade Internacional	11 340	-11 340			
72409 Formação em Angola	0	19 025	19 025	19 025	
72501 Vinhetas	110 618	-2 940	107 678	-1 523	109 200
72701 Multas-processos disciplinares	169 396	-29 210	140 186	-21 814	162 000
75 Subsídios à exploração	21 766	-19 579	2 186	-7 814	10 000
75203 Outros patrocínios	21 766	-19 579	2 186	-7 814	10 000
76 Reversões		7 951	7 951	7 951	
762 Perdas por imparidade		7 951	7 951	7 951	
76211 Dívidas a receber		7 951	7 951	7 951	
78 Outros rendimentos e ganhos	968 424	85 302	1 053 726	102 606	951 120
7816 Outros rendimentos suplementares	745 418	98 672	844 090	107 040	737 050
781601 Encontro Nacional dos TOC	4 287	1 591	5 878	-1 122	7 000
781604 Taxas e emolumentos	654 158	97 968	752 127	115 227	636 900
781605 Inscrições-Reg. atribuição créditos	19 187	-3 984	15 203	-5 947	21 150
781606 Publicidade	67 787	3 096	70 882	-1 118	72 000
7873 Rendas em propriedades investimento	161 834	1 469	163 303	-137	163 440
7878 Rendas em ativos fixos tangíveis		1 144	1 144	1 144	
788 Outros	61 172	-15 982	45 189	-5 441	50 630
79 Juros, dividendos e out. rendimentos	111 945	-64 286	47 659	-38 741	86 400
791 Juros obtidos	111 945	-64 286	47 659	-38 741	86 400
Total	15 302 250	-714 093	14 588 156	-157 134	14 745 290
Resultado antes de impostos	903 881		229 671		252 860

Da análise dos números pode concluir-se, não obstante alguma variação entre rubricas, que estamos perante um nível de execução de carácter científico, pois a variação de apenas 1,07 por cento de desvio em relação ao orçamento, é digno daquela designação.



Gastos e perdas

Os gastos e perdas ocorridos no período em análise perfizeram um total de 14 358 486 euros, distribuídos pelas seguintes grandes rubricas:

Rubricas	2013	Desvio	2014	Desvio	Orçamento
61 CMVMC	16 489	-11 216	5 273	-3 448	8 720
62 Fornecimento e serviços externos	8 938 366	370 022	9 308 388	-38 482	9 346 870
63 Gastos com o pessoal	3 853 707	217 280	4 070 986	90 666	3 980 320
64 Gastos de depreciação	612 591	-69 031	543 560	-145 770	689 330
65 Perdas por imparidade	527 162	-374 514	152 648	-47 352	200 000
67 Provisões do período	166 391	-166 391			
68 Outros gastos e perdas	204 221	697	204 917	16 327	188 590
69 Gastos e perdas de financiamento	79 442	-6 729	72 713	-5 887	78 600
Total	14 398 369	-39 884	14 358 486	-133 944	14 492 430

Da análise sumária ao quadro anterior, podemos concluir que o maior contributo para o desvio dos gastos e perdas do ano em apreço foi a rubrica de depreciações e amortizações em virtude do investimento realizado ser inferior ao previsto.

A exemplo do nível de execução global, no capítulo dos gastos e perdas a variação é negativa, isto é, gastou-se menos 0,92 por cento.

Passamos a uma análise mais detalhada das rubricas de gastos e perdas.



Rubricas	2013	Desvio	2014	Desvio	Orçamento
61 CMVMC	16 489	-11 216	5 273	-3 448	8 720
611 Mercadorias	485	167	652	-68	720
612 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16 004	-11 383	4 620	-3 380	8 000
62 FSE	8 938 366	370 022	9 308 388	-38 482	9 346 870
621 Subcontratos	758 611	81 577	840 188	-109 582	949 770
622 Serviços especializados	4 426 938	161 111	4 588 049	-83 471	4 671 520
6221 Trabalhos especializados	1 424 960	233 054	1 658 015	37 535	1 620 480
6222 Publicidade e propaganda	325 980	301 912	627 891	-13 689	641 580
6223 Vigilância e segurança	76 297	-3 028	73 269	-4 731	78 000
6224 Honorários	1 278 236	-155 788	1 122 448	-71 552	1 194 000
6226 Conservação e reparação	693 367	38 229	731 596	-16 954	748 550
6227 Serviços bancários	193 792	-64	193 727	-4 633	198 360
6228 Outros	434 306	-253 203	181 103	-9 447	190 550
623 Materiais	135 569	-49 328	86 241	-36 699	122 940
6231 Ferramentas e utensílios				-2 500	2 500
6232 Livros e documentação técnica	756	-31	725	-275	1 000
6233 Material de escritório	134 532	-50 279	84 254	-31 186	115 440
6234 Artigos para oferta	280	982	1 262	-2 738	4 000
624 Energia e fluidos	110 788	12 639	123 427	9 907	113 520
6241 Eletricidade	82 941	8 208	91 149	7 029	84 120
6242 Combustíveis	20 815	3 539	24 353	2 153	22 200
6243 Água	7 032	892	7 924	724	7 200
625 Deslocações e estadas	482 514	26 551	509 065	69 865	439 200
6251 Deslocações e estadas	482 514	26 551	509 065	69 865	439 200
625101 Refeições	126 415	-165	126 250	35 050	91 200
625102 Deslocações	247 765	-15 697	232 068	-25 932	258 000
625103 Estadas	108 335	42 413	150 748	60 748	90 000
626 Serviços diversos	3 023 947	137 471	3 161 418	111 498	3 049 920
6261 Rendas e alugueres	604 829	-171 676	433 153	-128 187	561 340
6262 Comunicação	1 175 905	254 731	1 430 636	180 576	1 250 060
6263 Seguros	1 140 404	40 811	1 181 216	39 956	1 141 260
6265 Contencioso e notariado	9 299	1 887	11 185	-695	11 880
6266 Despesas de representação	14 743	1 489	16 232	6 232	10 000
6267 Limpeza, higiene e conforto	78 767	10 228	88 996	13 616	75 380
63 Gastos com o pessoal	3 853 707	217 280	4 070 986	90 666	3 980 320
631 Remunerações órgãos da Ordem	735 119	122 604	857 723	131 963	725 760
632 Remunerações do pessoal	2 371 991	19 531	2 391 522	-83 598	2 475 120
635 Encargos sobre remunerações	629 143	62 065	691 208	23 668	667 540
636 Seguros de acidente no trabalho	11 626	-1 056	10 570	-530	11 100
637 Gastos de ação social	28 431	-261	28 170	-1 830	30 000
638 Outros gastos com o pessoal	77 398	14 396	91 793	20 993	70 800
64 Gastos de depreciação	612 591	-69 031	543 560	-145 770	689 330
641 Propriedades de investimentos	39 975		39 975	-5	39 980
642 Ativos fixos tangíveis	512 623	-69 031	443 592	-205 758	649 350
643 Ativos intangíveis	59 994		59 994	59 994	
65 Perdas por imparidade	527 162	-374 514	152 648	-47 352	200 000
651 Em dívidas a receber	527 162	-374 514	152 648	-47 352	200 000
67 Provisões do período	166 391	-166 391			
673 Processos judiciais em curso	160 000	-160 000			
678 Outras provisões	6 391	-6 391			
68 Outros gastos e perdas	204 221	697	204 917	16 327	188 590
6811 Impostos diretos	29 670	625	30 295	625	29 670
6812 Impostos indiretos	1 274	148	1 422	702	720
6813 Taxas	6 070	-1 794	4 275	4 275	
6882 Donativos	21 700	9 754	31 454	4	31 450
6883 Quotizações	37 747	79	37 826	176	37 650
6888 Outros	107 760	-8 115	99 645	10 545	89 100
69 Gastos e perdas de financiamento	79 442	-6 729	72 713	-5 887	78 600
6911 Juros de financiamentos obtidos	3 505	1 904	5 410	-2 990	8 400
6917 Juros contrato de locação financeira	75 937	-8 634	67 303	-2 897	70 200
Total	14 398 369	-39 884	14 358 486	-133 944	14 492 430



Os gastos das mercadorias vendidas e matérias consumidas dizem respeito aos manuais vendidos, consumíveis e materiais fornecidos nas ações de formação, sessões de esclarecimento, conferências e congressos.

A subrubrica de subcontratos inclui a contratação com parceiros externos para a produção de vinhetas, do SITOC e dos serviços de atualização dos módulos da ferramenta TOOnline.

Os serviços especializados refletem a redução dos gastos com honorários de formadores, de arrendamento de espaços e aluguer de equipamentos que acompanha o correspondente volume de formação executada.

Merece especial referência a subrubrica outros da rubrica de serviços especializados onde está inserida a contribuição para o fundo de pensões, no valor de 166 435 euros.

Os gastos com deslocações e estadas decorrem da necessidade da OTOC estar presente junto dos seus parceiros e organizações internacionais das áreas de contabilidade e fiscalidade, nomeadamente no IFAC (*International Federation of Accountants*), EFAA (*European Federation of Accountants and Auditors for SME's*), CILEA (Comité de Integração Latino Europa América), FCM (*Fédération des Comptables Méditerranés*), nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e no IIC (*International Institute of Costs*).

Nos gastos de conservação e reparação estão incluídos os gastos de atualização com a Pasta TOC, manutenção e conservação dos edifícios, de viaturas e equipamentos diversos.

Merece especial referência o processo eleitoral que ocorreu no mês de outubro último.

No quadro seguinte, apresentam-se os gastos dos últimos processos eleitorais. De salientar que, pelo facto de se ter apresentado uma única lista ao escrutínio eleitoral, o presidente da assembleia eleitoral optou por dispensar a contratação de serviços externos para acompanhamento e verificação do processo eleitoral.

Devemos ainda ter em conta que os gastos com o processo eleitoral se encontram distribuídos pelas rubricas de trabalhos especializados, comunicação e publicidade.



Processo eleitoral	2004	2007	2010	2014
Serviços especializados				
Coordenação e verificação do processo eleitoral	34 034	35 635	58 884	
Serviços de publicidade e propaganda				
Publicações em jornais	77 608	109 378	122 094	121 313
Anúncios radiofónicos	6 402	17 247	34 139	31 860
Anúncios televisivos	10 526		37 458	57 383
Brochuras de candidaturas				
Elaboração		11 858	16 217	17 379
Impressão / Envelopagem / Encarte	15 857	20 637	19 744	14 746
Impressão / Personalização DL franquizados		51 749		
Paginação e preparação	1 250	351	1 080	
Correios – Portes de correio	41 325	40 731	46 269	49 889
TOTAL	187 001	287 586	335 886	292 570

A rubrica comunicação conheceu um incremento substancial devido às convocatórias para duas assembleias gerais extraordinárias, bem como os gastos relacionados com a correspondência necessária para o ato eleitoral, nomeadamente, a convocatória a todos os membros, o envio de boletim de voto e correspondente RSF (resposta sem franquias).

A rubrica de gastos com pessoal está influenciada pelas remunerações relacionadas com o final do mandato e cessação de funções de alguns dos membros que integravam os órgãos sociais, bem como de uma maior participação que se tem verificado dos membros dirigentes na vida da instituição.

As imparidades sofreram alterações devido à adaptação dos critérios de estimativa tendo em conta a eficiência resultante da cobrança de quotas, nomeadamente, pela adesão dos membros na resposta à atualização do cadastro.

Face ao que acima se evidenciou, podemos concluir que os gastos e perdas incorridos, no período em análise, perfizeram um total de 14 358 486 euros.

Em conclusão, verifica-se uma execução orçamental de cerca de 99 por cento do previsto, a que corresponde um desvio negativo no valor de 133 944 euros.

Investimentos

Os investimentos realizados no período em apreço totalizaram o valor de 6 769 874 euros, distribuídos pelas rubricas seguintes:

- 20 060 euros – Corresponde à avaliação da biblioteca da nossa Ordem efetuada por perito especialista;
- 88 384 euros – É o valor que a Ordem suportou com a aquisição de equipamento administrativo e informático, e,
- 6 661 430 euros – É o valor que a Ordem pagou com aquisição, impostos e algumas despesas inerentes ao processo de legalização dos prédios, em Lisboa e Porto, integrado no projeto de investimento, nas duas cidades, de acordo com a deliberação aprovada em assembleia geral extraordinária.



Descrição	2013	Adições	Revalorizações	2014
Terrenos e recursos naturais	2 993 778			2 993 778
Edifícios e outras construções	12 365 078			12 365 078
Equipamento de transporte	291 432			291 432
Equipamento administrativo	3 513 361	88 384		3 601 745
Outros ativos tangíveis	227 069			227 069
Bens do património histórico e cultural	46 800	60	20 000	66 860
Investimentos em curso		6 661 430		6 661 430
Ativo bruto	19 437 518	6 749 874	20 000	26 207 392
Depreciações acumuladas	5 827 694	443 592		6 271 285
Ativo líquido	13 609 824	6 306 283	20 000	19 936 107

Responsabilidade social

A distribuição etária e de género dos profissionais, no âmbito de análise da instituição, é um aspeto de grande relevância.

Assim, dos 71 825 membros inscritos na Ordem no dia 31 de dezembro de 2014, 48,54 por cento são homens e 51,46 por cento são mulheres, o que não deixa de ser revelador da importância que as mulheres têm na nossa profissão.

Por outro lado, a estrutura etária da nossa profissão revela um grande equilíbrio entre a juventude e o que poderíamos chamar o «saber de experiência feito», atendendo a que o maior número de profissionais se situa entre os 35 e 50 anos, conforme quadro que se segue:

Faixa etária	Feminino	Masculino	Total	%
<25	107	28	135	0,2%
>=25 e < 30	1113	447	1560	2,2%
>=30 e < 35	2 914	1328	4 242	5,9%
>=35 e < 40	10 072	5 452	15 524	21,6%
>=40 e < 45	10 999	7 231	18 230	25,4%
>=45 e < 50	5 111	4 516	9 627	13,4%
>=50 e < 55	2 569	3 052	5 621	7,8%
>=55 e < 60	1 874	3 449	5 323	7,4%
>=60 e < 65	1 323	3 315	4 638	6,5%
>=65	877	6 048	6 925	9,6%
Total	36 959	34 866	71 825	100%

Na sequência da tradição e dos compromissos assumidos, temos vindo a entregar as verbas provenientes da renda do nosso edifício na Avenida 24 de Julho, ao fundo de pensões. Em 2014, o contributo foi de 166 435 euros, tendo o contributo total até ao final do ano, ascendido a 6 409 942 euros, conforme quadro abaixo.



Ano	Anual	Acumulado
2005	742 606	
2006	1 041 900	1 784 506
2007	1 280 000	3 064 506
2008	295 301	3 359 807
2009	2 004 031	5 363 838
2010	389 243	5 753 081
2011	167 192	5 920 273
2012	160 478	6 080 752
2013	162 755	6 243 507
2014	166 435	6 409 942

Os valores da solidariedade têm sido, desde a primeira hora, um ponto de honra para a instituição. No ano de 2014, o fundo social contribuiu com 58 381 euros para ajudar a dignidade e qualidade de vida de 34 membros.

Beneficiários	2010	2011	2012	2013	2014	Total
N.º de beneficiários	28	31	32	32	34	
Valor pago	42 038	58 863	56 219	56 222	58 381	271 723

Além destes contributos específicos no âmbito da solidariedade, outros projetos são enquadráveis nesta área. Os seguros de saúde e de responsabilidade civil são benefícios que chegam a todos os membros cumpridores das suas obrigações perante a nossa Instituição.

Já no âmbito profissional, temos projetos que são disponibilizados a todos os membros como são o caso do SITOC, as revistas e outros documentos informativos.

Segue um quadro identificando e quantificando, quer uns quer outros, comparados com os últimos anos.

Análise gastos apoio aos membros	Gastos				
	2010	2011	2012	2013	2014
Seguro responsabilidade civil TOC	638 269	445 748	434 338	431 878	416 756
Seguro de saúde TOC	872 995	888 132	837 668	642 356	723 330
SITOC	373 364	320 140	215 161	204 247	194 703
Revista TOC	976 768	1 068 532	1 140 595	972 004	959 420
Revista Contabilidade e Gestão	144 293	35 666	34 147	33 887	33 169
Revista formação			22 561		
Revista SNC	61 580				
Livro SNC/POC	89 757				
Revista IDEFF	15 072	15 248	15 248	15 249	15 248
Fundo de pensões	389 243	156 351	160 478	412 755	166 435
Reuniões livres	380 982	348 519	382 472	383 628	381 153
Noites SNC	124 765				
Fundo solidariedade social	42 037	58 863	56 219	56 222	58 381
Departamento técnico	468 766	504 305	493 164	460 904	476 704
Representações	318 799	303 708	266 343	283 240	285 600
Total	4 896 690	4 145 212	4 058 392	3 896 371	3 710 899



Atente-se ao valor total destes custos devolvidos diretamente aos membros. Teremos assim o seguinte retorno, quantificado de acordo com o quadro abaixo:

Retorno direto	2010	2011	2012	2013	2014
Membros	73 419	72 104	72 315	72 327	71 825
Devolução anual	66,70 €	57,49 €	56,12 €	53,87 €	51,67 €
Devolução mensal	5,56 €	4,79 €	4,68 €	4,49 €	4,31 €

Conclusão

Face ao exposto, a execução orçamental de cada uma das componentes, quer dos rendimentos e réditos quer dos gastos e perdas, foi cerca de 99 por cento. Trata-se duma ótima e equilibrada execução, reveladora do empenhamento de todos os envolvidos na vida da Instituição: membros, colaboradores e dirigentes, dos nossos parceiros e fornecedores de bens e serviços, bem como da credibilidade dos documentos previsionais, plano de atividades e orçamento.

É com o envolvimento de todos que atingimos objetivos, ultrapassamos dificuldades e alcançamos os desafios a que nos propusemos.

Nos termos de tudo o que antecede o Conselho Diretivo propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2014;
2. Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
 - 2.1. A importância de 83 672 euros para a conta de «Fundos»;
 - 2.2. A importância de 87 618 euros para a conta de «Resultados transitados»; e,
 - 2.3. A importância de 58 381 euros para a conta «Fundo de solidariedade social».
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos da Ordem, sem os quais a gestão relatada não seria possível, bem como a todas as entidades que, de qualquer forma, se relacionaram com a nossa Instituição, no exercício objeto de relato.

Conselho Diretivo

Bastonário	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
Domingues de Azevedo	Filomena Felgueiras Moreira	Ezequiel Fernandes	Cláudia Afonso dos Santos	Manuel Vieira de Sousa	Rosa Teresa Santos	José Carlos Marques



XIII. BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Balanço em 31 de dezembro de 2014

Rubricas	Notas	2014	2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5/7	19 869 247	13 563 024
Bens do património histórico e cultural	5/15.5	66 860	46 800
Propriedades de investimento	5	2 099 742	2 139 717
Ativos intangíveis	6	60 012	120 006
Outros ativos financeiros		54	250 000
Subtotal		22 095 915	16 119 547
Ativo corrente			
Inventários	9	60 353	49 932
Adiantamentos a fornecedores	13.1	16 264	6 883
Estado e outros entes públicos	15.1	17 319	23 555
Membros	13.1/13.2	2 295 644	1 901 189
Outras contas a receber	13.1	136 000	75 752
Diferimentos	15.2	190 641	249 424
Caixa e depósitos bancários	13.3	211 742	3 592 614
Subtotal		2 927 961	5 899 349
Total do ativo		25 023 876	22 018 896
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.4	14 746 034	13 778 493
Resultados transitados	4	-87 618	119 882
Reservas fundo de solidariedade social	15.4	191 619	193 778
Outras variações nos fundos patrimoniais	15.4	20 000	
Subtotal		14 870 035	14 092 153
Resultado líquido do período		229 671	816 263
Total dos fundos patrimoniais		15 099 706	14 908 416
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	166 391	166 391
Financiamentos obtidos	7/8	6 444 485	3 889 640
Subtotal		6 610 876	4 056 031
Passivo corrente			
Fornecedores	13.1	299 308	468 309
Estado e outros entes públicos	15.1	165 402	164 476
Financiamentos obtidos	7/8	694 984	850 425
Diferimentos	15.2	502 091	430 958
Outras contas a pagar	13.1/14	1 651 510	1 140 281
Subtotal		3 313 294	3 054 449
Total do passivo		9 924 170	7 110 480
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		25 023 876	22 018 896



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2014

Rendimentos e gastos	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	10	13 476 635	14 202 299
Subsídios à exploração	10	2 186	21 766
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-5 273	-16 489
Fornecimentos e serviços externos		-9 308 388	-9 024 159
Gastos com pessoal	14	-4 070 986	-3 853 707
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	-144 697	-527 162
Provisões específicas (aumentos/reduções)	11		-166 391
Outros rendimentos e ganhos	5.1/10	1 101 384	1 076 822
Outros gastos e perdas		-204 917	-204 682
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		845 944	1 508 297
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5/6	-543 560	-612 591
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		302 384	895 705
Juros e gastos similares suportados	7/8	-72 713	-79 442
Resultado antes de impostos		229 671	816 263
Imposto sobre o rendimento do período	12		
Resultado líquido do período		229 671	816 263

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2014

Rubricas	Notas	2014	2013
Fluxos de caixa de atividades operacionais método direto			
Recebimentos de membros		15 038 436	15 164 133
Pagamentos a fornecedores		-10 639 785	-9 905 140
Pagamentos ao pessoal		-3 884 655	-3 702 976
Caixa geradas pelas operações		513 996	1 556 017
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		23 555	11 496
Outros recebimentos/pagamentos		71 189	133 536
Fluxos das atividades operacionais (1)		608 740	1 701 049
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-6 281 704	-214 918
Ativos intangíveis			-180 000
Investimentos financeiros		-500 000	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		660 000	
Investimentos financeiros		427 056	161 834
Juros e rendimentos similares		51 956	70 665
Fluxos das atividades de investimento (2)		-5 642 692	-162 420
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		3 785 000	750 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos de depósitos bancários		-1 400 000	-550 000
Juros e gastos similares		-71 325	-77 362
Financiamentos obtidos de locação financeira		-660 596	-647 541
Fluxos de atividades de financiamento (3)		1 653 079	-524 903
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-3 380 872	1 013 726
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 592 614	2 578 888
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.3	211 742	3 592 614



Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2014

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Reservas Fundo solidariedade social	Resultados transitados	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de dezembro de 2013 (ESNL)	13 778 493	193 778	119 882		903 881	14 996 034
Correções de erros por efeitos retrospectivos					-87 618	-87 618
Posição em 31 de dezembro de 2013 reexpressa	13 778 493	193 778	119 882		816 263	14 908 416
Posição em 1 de janeiro de 2014 (ESNL)	13 778 493	193 778	119 882		903 881	14 996 034
Resultado líquido do período de 2013			903 881		-903 881	
Outras variações	967 541	-2 160	-1 111 380	20 000	229 671	103 672
Posição em 31 de dezembro de 2014 (ESNL)	14 746 034	191 619	-87 618	20 000	229 671	15 099 706



XIV. ANEXO

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

1.2 – Sede: Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa

1.3 – Natureza da atividade: A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) é uma Pessoa Coletiva de Direito Público de natureza associativa, criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de outubro. À OTOC compete representar, mediante inscrição obrigatória, os interesses profissionais dos técnicos oficiais de contas e superintender em todos os aspetos relacionados com o exercício da profissão.

1.4 – Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5 – Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código de Contas;
- Aviso n.º 6 726 – B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos



nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2014 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2013.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da OTOC, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

A vida útil e métodos de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elemen-



tos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento, de acordo com o pretendido pelo Conselho Diretivo.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	3 anos

PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões foram revistas na data do balanço e serão ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são clas-



sificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

As propriedades de investimentos são mensuradas ao custo. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;



- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

Para as finalidades deste capítulo, o termo «imposto sobre o rendimento» inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidos em qualquer jurisdição fiscal.

Reconhecimento e mensuração

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

Os passivos (ativos) por impostos sobre o rendimento dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.



As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período devem ser contabilizadas como um gasto a afetar os resultados do período.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Membros e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos membros estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de membros ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Na-



tal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da OTOC.

4 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Foram efetuadas correções com reporte a períodos anteriores, as quais foram corrigidas por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do balanço de 2013, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso respeita a característica qualitativa da comparabilidade.



Balço em 31 de dezembro de 2014

Rubricas	Notas	2014	2013	Reexpressão	2013
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	5/7	19 869 247	13 563 024		13 563 024
Bens do património histórico e cultural	5/15.5	66 860	46 800		46 800
Propriedades de investimento	5	2 099 742	2 139 717		2 139 717
Ativos intangíveis	6	60 012	120 006		120 006
Outros ativos financeiros		54	250 000		250 000
Subtotal		22 095 915	16 119 547		16 119 547
Ativo corrente					
Inventários	9	60 353	49 932		49 932
Adiantamentos a fornecedores	13.1	16 264	6 883		6 883
Estado e outros entes públicos	15.1	17 319	23 555		23 555
Membros	13.1/13.2	2 295 644	1 901 189		1 901 189
Outras contas a receber	13.1	136 000	75 752	-3 547	79 299
Diferimentos	15.2	190 641	249 424	-83 025	332 449
Caixa e depósitos bancários	13.3	2 117 42	3 592 614		3 592 614
Subtotal		2 927 961	5 899 349	-86 572	5 985 921
Total do ativo		25 023 876	22 018 896	-86 572	22 105 468
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO					
Fundos patrimoniais					
Fundos	15.4	14 746 034	13 778 493		13 778 493
Resultados transitados	4	-87 618	119 882		119 882
Reservas fundo de solidariedade social	15.4	191 619	193 778		193 778
Outras variações nos fundos patrimoniais	15.4	20 000			
Subtotal		14 870 035	14 092 153		14 092 153
Resultado líquido do período		229 671	816 263	-87 618	903 881
Total dos fundos patrimoniais		15 099 706	14 908 416	-87 618	14 996 034
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões	11	166 391	166 391		166 391
Financiamentos obtidos	7/8	6 444 485	3 889 640		3 889 640
Subtotal		6 610 876	4 056 031		4 056 031
Passivo corrente					
Fornecedores	13.1	299 308	468 309	3 229	465 079
Estado e outros entes públicos	15.1	165 402	164 476		164 476
Financiamentos obtidos	7/8	694 984	850 425		850 425
Diferimentos	15.2	502 091	430 958		430 958
Outras contas a pagar	13.1/14	1 651 510	1 140 281	-2 184	1 142 465
Subtotal		3 313 294	3 054 449	1 045	3 053 404
Total do passivo		9 924 170	7 110 480	1 045	7 109 435
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		25 023 876	22 018 896	-86 572	22 105 468



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2014

Rendimentos e gastos	Notas	2014	2013	Reexp.	2013
Vendas e serviços prestados	10	13 476 635	14 202 299	2 184	14 200 115
Subsídios à exploração	10	2 186	21 766		21 766
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-5 273	-16 489		-16 489
Fornecimentos e serviços externos		-9 308 388	-9 024 159	-85 793	-8 938 366
Gastos com pessoal	14	-4 070 986	-3 853 707		-3 853 707
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	-144 697	-527 162		-527 162
Provisões específicas (aumentos/reduções)	11		-166 391		-166 391
Outros rendimentos e ganhos	5.1/10	1 101 384	1 076 822	-3 547	1 080 369
Outros gastos e perdas		-204 917	-204 682	-461	-204 221
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		845 944	1 508 297	-87 618	1 595 914
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	-543 560	-612 591		-612 591
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		302 384	895 705	-87 618	983 323
Juros e gastos similares suportados	7/8	-72 713	-79 442		-79 442
Resultado antes de impostos		229 671	816 263	-87 618	903 881
Imposto sobre o rendimento do período	12				
Resultado líquido do período		229 671	816 263	-87 618	903 881

5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2013	Adições	Revalorizações	2014
Terrenos e recursos naturais	2 993 778			2 993 778
Edifícios e outras construções	12 365 078			12 365 078
Equipamento de transporte	291 432			291 432
Equipamento administrativo	3 513 361	88 384		3 601 745
Outros ativos tangíveis	227 069			227 069
Bens do património histórico e cultural	46 800	60	20 000	66 860
Investimentos em curso		6 661 430		6 661 430
Ativo bruto	19 437 518	6 749 874	20 000	26 207 392
Depreciações acumuladas	5 827 694	443 592		6 271 285
Ativo líquido	13 609 824	6 306 283	20 000	19 936 107



Encontram-se registados, ao custo de aquisição, os investimentos em curso que contemplam os valores realizados na aquisição de edifícios para centros de formação e Casas do TOC, em Lisboa e no Porto. Os valores apresentados incluem as despesas com a coordenação e acompanhamento dos projetos, relativos às obras de remodelação das instalações, conforme o quadro que se segue:

Designação	Valor de aquisição	Imposto do selo	IMT	Registo	Obras	TOTAL
Lisboa						
Av. Defensores de Chaves, n.º 85 e 85-B	500 000	4 499	36 553	798	43 816	585 666
Av. Defensores de Chaves, n.º 83 e 83-C	1 175 000	9 400	76 375	815	76 181	1 337 771
Av. Alm. Gago Coutinho, n.º 121 e 121-A	1 200 000	12 487	101 454	1 180	8 062	1 323 183
Subtotal	2 875 000	26 385	214 382	2 793	128 059	3 246 620
Porto						
Largo 1.º de Dezembro, n.º 43 e 62	3 000 000	24 000	195 000	475	195 335	3 414 810
Total	5 875 000	50 385	409 382	3 268	323 394	6 661 430

Os investimentos realizados, em Lisboa, na Avenida Defensores de Chaves destinam-se ao centro de formação e, na Avenida Almirante Gago Coutinho, à Casa do TOC. Já no Porto, o edifício integra estes dois objetivos.

5.1 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Modelo aplicado

A entidade manteve a contabilização das suas propriedades de investimento ao modelo do custo. Para maior detalhe sobre a política contabilística adotada consultar a nota 3.

As quantias reconhecidas como rendimentos foram:

Quantias reconhecidas como rendimento, na demonstração dos resultados provenientes das propriedades de investimento:

Identificação da propriedade de investimento	Montante considerado rendimentos do período
Avenida 24 de Julho, n.º 58, em Lisboa	163 303

- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- A vida útil esperada é de 50 anos, correspondendo a uma taxa de depreciação de dois por cento.

A variação ocorrida nas quantias escrituradas da propriedade de investimento no início e no fim do período, resume-se a:



Identificação da propriedade de investimento Avenida 24 de Julho, n.º 58, em Lisboa	2014
Quantia bruta escriturada inicial	
Terrenos e recursos naturais	236 638
Edifícios e outras construções	2 196 226
Subtotal	2 432 864
Depreciações acumuladas iniciais	293 148
Quantia líquida escriturada inicial	2 139 717
Depreciações reconhecidas no período	39 975
Saldo no final do período	2 099 742

6 – ATIVOS INTANGÍVEIS

- a) Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.
- b) As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	2013	Adições	2014
Ativo intangível			
Programas de computador (TOConline)	180 000		180 000
Ativo intangível bruto	180 000		180 000
Amortizações acumuladas	59 994	59 994	119 988
Amortização acumulada	59 994	59 994	119 988
Ativo intangível líquido	120 006	59 994	60 012

7 – LOCAÇÕES

7.1 – Locações financeiras

- a) A quantia escriturada é líquida, à data do balanço, para cada categoria de ativo;
- b) A depreciação incide sobre o valor de aquisição (inclui IMT), adicionado das despesas com a celebração da escritura e deduzido de 25 por cento do valor do terreno, que não é depreciablel.

Ativo não corrente	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Ativo fixo tangível			
Sede - Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45	9 448 020	1 341 641	8 106 379
Investimentos em curso			
Casa do TOC - Av. Al. Gago Coutinho, 121 e 121-A	1 323 183		1 323 183

c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2015	> 1ano e = 5anos	>5 anos	Total
Banco Comercial Português				
Contrato n.º 450002473	662 420	2 744 892	482 795	3 890 107
Banco BPI, S.A.				
Contrato n.º 20006211	32 564	137 243	494 555	664 362
Total das Locações Financeiras	694 984	2 882 135	977 350	4 554 469

7.2 – Responsabilidade refletidas

Em 31 de dezembro de 2014, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Designação	2015	2016 e seguintes	Total
Contrato n.º 450002473	662 420	3 227 687	3 890 107
Contrato n.º 20006211	32 564	631 798	664 362

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

8 – CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

8.1 – Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de «Financiamentos obtidos» por via da locação financeira (ver nota 7) e empréstimos bancários, apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de crédito e sociedades financeiras	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários:						
Banco, BPI, S.A.		2 585 000	2 585 000			
Locações financeiras:						
Banco Comercial Português	662 420	3 227 687	3 890 107	650 425	3 889 640	4 540 065
Banco BPI, S.A.	32 564	631 798	664 362			
Total	694 984	6 444 485	7 139 469	650 425	3 889 640	4 540 065

Financiamentos obtidos Não correntes	Contrato n.º 450002473		Contrato n.º 20006211	
	2014	2013	2014	2013
1 a 2 anos	671 807	660 473	33 248	
2 a 3 anos	681 328	670 676	33 947	
3 a 4 anos	690 983	681 037	34 660	
4 a 5 anos	700 775	691 558	35 388	
Mais de 5 anos	482 795	1 185 896	494 555	
Total	3 227 687	3 889 640	631 798	



9 – INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como método de custeio.

O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os inventários da entidade detalham-se conforme quadro que se segue:

Rubricas	2014		2013	
	Quantia bruta	Quantia líquida	Quantia bruta	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	59 253	59 253	46 493	46 493
Mercadorias	1 100	1 100	3 439	3 439
Total	60 353	60 353	49 932	49 932

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período

A quantia de inventários reconhecida como um gasto, durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, detalha-se conforme quadro que se segue:

Movimentos	2014		2013	
	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	3 439	46 493	11 515	61 243
Compras	652	17 380	485	1 255
Regularizações	-1 100		-8 076	
Saldo final	-2 339	-59 253	-3 439	-46 493
Gastos no período	652	4 620	485	16 004



10 – RÉDITO

A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rubricas	2014	2013	Variação
Vendas			
Livros	0	10	-10
Brochuras ações de formação	3 120	2 231	889
Aplicação informática	263 040	74 174	188 866
Subtotal	266 160	76 415	189 745
Prestação de serviços			
Jóias	70 500	100 700	-30 200
Quotização			
Membros efetivos	10 355 442	10 371 936	-16 494
Membros suspensos	196 158	194 634	1 524
Inscrições ações de formação:			
Formação eventual	1 283 856	1 391 904	-108 048
Formação segmentada	439 632	562 872	-123 240
Formação permanente	11 008	29 056	-18 048
Formação à distância	433 424	678 164	-244 740
Formação recorrente	12 056	16 884	-4 828
Conferências	117 750	88 118	29 632
Sessão de esclarecimento	23 760	273 340	-249 580
Congressos	0	136 079	-136 079
Formação em Angola	19 025	0	19 025
Vinhetas	107 678	110 618	-2 940
Multas	140 186	169 396	-29 210
Subtotal	13 210 475	14 123 700	-913 226
Outros rendimentos e ganhos			
Encontro Nacional dos TOC	5 878	4 287	1 591
Taxas e emolumentos e outros	767 330	673 345	93 985
Publicidade	70 882	67 787	3 096
Patrocínios	2 186	21 766	-19 579
Rendas de propriedades de investimento	163 303	161 834	1 469
Rendas em ativos fixos tangíveis	1 144	0	1 144
Subtotal	1 010 722	929 018	81 705
Juros			
Depósitos bancários	47 659	111 945	-64 286
TOTAL	14 535 016	15 241 078	-706 062

11 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões estão reconhecidas tendo em conta o parágrafo 13 da NCRF 21:

- A entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos necessários para liquidar a obrigação;
- Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.



O montante reconhecido de provisões em 2013 consistiu no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar as obrigações.

Mantém-se a estimativa que foi determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

Provisões	Processos judiciais em curso	Outras provisões	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014	160 000	6 391	166 391
Saldo em 31 de dezembro de 2014	160 000	6 391	166 391

12 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 pode ser detalhado da seguinte forma:

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é a seguinte:

Descrição	2014	2013
Resultado antes de impostos	229 671	816 263
Resultado antes de impostos sujeito (I)	-239 292	-94 601
Taxa de imposto (II)	21,50%	21,50%
Imposto esperado (Ixii)		
Imposto sobre o rendimento (III)		
Taxa efetiva de imposto (III / I)	0,00%	0,00%

13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

13.1 – Fornecedores, membros, outras contas a receber e a pagar e pessoal

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de fornecedores, membros, outras contas a receber e a pagar e pessoal, apresentavam a seguinte de-composição:

Descrição	2014			2013		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Líquido	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Líquido
Ativos						
Membros	5 010 365	2 714 721	2 295 644	4 470 762	2 569 574	1 901 189
Adiantamentos a fornecedores	16 264		16 264	6 883		6 883
Outras contas a receber	150 530	14 530	136 000	90 732	14 980	75 752
Total do ativo	5 177 158	2 729 251	2 447 907	4 568 378	2 584 554	1 983 824
Passivos						
Fornecedores	299 308		299 308	468 309		468 309
Outras contas a pagar	1 651 510		1 651 510	1 140 281		1 140 281
Total do passivo	1 950 817		1 950 817	1 608 589		1 608 589
Total líquido	3 226 341	2 729 251	497 090	2 959 788	2 584 554	375 234

13.2 – Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

O cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida.

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Dívidas dos membros	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros	Dívidas dos membros	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros
Até 12 meses	1 295 682		1 221 871	
De 13 a 18 meses	174 637	26 196	181 842	27 276
De 19 a 24 meses	233 334	58 334	178 314	44 579
De 25 a 36 meses	1 353 040	676 520	405 516	202 758
De 37 a 60 meses			753 034	564 776
Superior a 60 meses	1 953 672	1 953 672	1 730 185	1 730 185
Total	5 010 365	2 714 721	4 470 762	2 569 574

A variação dos critérios, ora aplicados, justifica-se pelo facto de, numa análise detalhada, se concluir que este critério é o mais adequado à realidade.

	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber			
Membros	152 648	7 951	144 697
Total	152 648	7 951	144 697



13.3 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	8 165	7 214
Depósitos à ordem	203 577	235 400
Outros depósitos bancários		3 350 000
Total	211 742	3 592 614

14 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2014	2013
Remunerações dos órgãos da OTOC	862 751	735 119
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OTOC	188 890	145 266
Outros gastos	31 154	12 196
Remunerações do pessoal	2 386 494	2 371 991
Encargos sobre remunerações do pessoal	502 318	483 877
Outros gastos	99 380	105 258
Total	4 070 986	3 853 707

A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

Em 2014, o número de colaboradores ao serviço da Ordem foi de 114 mais 25 membros dos órgãos sociais, totalizando 139.

15 – OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Estado e outros entes públicos		
Ativos		
Imposto sobre o rendimento a receber	17 319	23 555
Total do ativo	17 319	23 555
Passivos		
Retenção de impostos sobre rendimentos	84 241	81 839
Imposto sobre o valor acrescentado	3 191	11 296
Contribuições para a Segurança Social	77 961	71 342
Fundo de compensação do trabalho	10	
Total do passivo	165 402	164 476
Total líquido	148 083	140 921



15.2 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2014	2013
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Contratos de manutenção <i>software</i>	85 579	134 546
Material de economato	19 858	16 669
Juros - Contrato de <i>leasing</i>	3 703	4 686
Outros		
Aluguer de salas	1 400	2 488
Seguro de doença	32 332	31 152
Seguro de responsabilidade civil	10 725	15 125
Honorários de formadores		1 230
Deslocações e estadas	18 847	
Quotizações		30 000
Seguros diversos	8 521	8 437
Outros	9 678	5 091
Total	190 641	249 424
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Jóias, quotização, inscrições	502 091	430 958
Total	502 091	430 958

15.3 – Fluxos de caixa:

15.3.1 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Descrição	2014
Caixa e depósitos bancários	
Caixa	8 165
Depósitos à ordem	203 577
Total	211 742

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto que nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da OTOC.

15.4 – Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	2014	2013
Fundos	14 746 034	13 778 493
Outras variações de fundos patrimoniais	211 619	193 778
Resultados transitados	-87 618	119 882
Resultado líquido do período	229 671	816 263
Total	15 099 706	14 908 416

De salientar que, durante o exercício de 2014, 34 membros beneficiaram do fundo social, no total de 58 381 euros.

15.5 – Bens do património histórico e cultural

Solicitou-se uma avaliação à empresa "A Nova Eclética – Livraria Alfarrabista de Alfredo Maria Gonçalves", de toda a biblioteca da Ordem, tendo sido avaliada pelo valor de 20 000 euros. A avaliação foi feita livro a livro, concluindo que «(...) muitos dos livros apresentados têm valor de consulta para a Ordem e muitos deles estão há muito esgotados (...)».

15.6 – Acontecimentos após a data do balanço

Eventos subsequentes

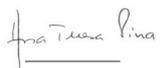
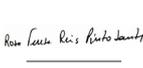
Com relevância neste domínio, mencione-se as obras de adaptação nos edifícios adquiridos para a construção dos centros de formação e da Casa do TOC. No Porto as obras já foram a concurso e as licenças necessárias às mesmas já foram deferidas pelas autoridades competentes. No que respeita às obras em Lisboa no centro de formação já se encontra aprovado o Pedido de Informação Prévia (PIP) pela Câmara Municipal e chegou-se a consenso com os respetivos condóminos quanto às obras a realizar. A documentação necessária entrará brevemente na Câmara Municipal.

Quanto à Casa do TOC de Lisboa, existe a expectativa que o centro de dia inicie funções ainda no decurso de 2015.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo e autorizadas para emissão em 10 de março de 2015.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 10 de março de 2015

TOCn.º 7 605	Conselho Diretivo						
	Bastonário	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
							
Ana Teresa Pina	Domingues de Azevedo	Filomena Felgueiras Moreira	Ezequiel Fernandes	Cláudia Afonso dos Santos	Manuel Vieira de Sousa	Rosa Teresa Santos	José Carlos Marques



XV. PARECER DO CONSELHO SUPERIOR

Em obediência aos Estatutos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e, tendo em vista o exercício dos poderes conferidos pelo n.º 1 do artigo 33.º-C, reuniu, em 10 de março de 2015, o Conselho Superior da instituição, para emitir parecer, nos termos das disposições citadas, sobre o relatório e contas da Ordem, apresentados pelo Conselho Diretivo à Assembleia Geral, a realizar a 28 de março do corrente ano.

Como é seu dever e tem sido sua prática, o Conselho Superior procedeu a uma análise detalhada do conteúdo dos documentos sob apreciação, traduzida numa ampla troca de informações entre os seus membros e numa profícua discussão, induzida pela intervenção inicial, muito esclarecedora, do Bastonário.

Torna-se difícil exprimir num parecer sintético o conteúdo integral da apreciação que o Conselho Superior fez da natureza e conteúdo dos documentos apresentados, bem como de todas as conclusões a que se chegou, como consequência da reunião efetuada, pelo que se opta por salientar os aspetos mais relevantes e mais marcantes do período.

Assim, em consequência daquela análise e da discussão havida, salientamos os pontos mais relevantes:

1. Os desvios que se verificam face ao orçamento e plano de atividades para 2014, aprovado em Assembleia Geral, não são significativos.
2. Deve realçar-se a execução, praticamente integral, de todas as tarefas definidas, nos diversos domínios de atividade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, sem que isso se tenha traduzido em desvios significativos ao nível de rendimentos e gastos.
3. Esta execução, qualitativa e quantitativa, é tanto mais de salientar quanto, como é sabido, o exercício de 2014, continuou a decorrer num período de incerteza no plano económico e social do País, o que, naturalmente, não poderia deixar de gerar influências negativas sobre a atividade da Ordem.
4. No exercício de 2014 verificaram-se diversos eventos importantes que estão devidamente evidenciados no relatório e contas e que muito contribuíram para a imagem da nossa instituição.
5. No capítulo da formação, que continua a ser uma imagem de marca da OTOC, verificou-se uma participação generalizada dos membros, sinal do interesse que estes demonstram na atualização dos conhecimentos na sua área de atuação.



O elevado número de participantes nas ações de formação nas mais diversas componentes são o retrato fiel do sucesso desta política da Ordem.

6. Também em 2014 se continuou a verificar um excelente nível de desempenho de todos os órgãos da instituição e colaboradores, o que muito contribuiu para a afirmação da nossa Ordem e para a imagem pública que esta vem consolidando na sociedade.

7. No plano internacional procedeu-se à consolidação de todas as parcerias existentes, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa.

8. De realçar também a qualidade da política de comunicação da Ordem, bem aferida pelo facto de, sistematicamente, os responsáveis da instituição e, nomeadamente, o seu Bastonário, serem chamados a intervir e a colaborar no esclarecimento de múltiplas situações de natureza social, económica e fiscal, que nos últimos tempos têm sido impostas aos agentes económicos e, de forma geral, a todos os cidadãos.

9. Constata-se facilmente que toda a bem sucedida atividade da Ordem se orientou, sobretudo, para a valorização contínua dos seus membros, na sua dimensão profissional, mas também na sua dimensão social e cultural, tendo sido realizadas muitas ações que visavam esses objetivos e são testemunho destas preocupações.

A aposta no contabilista como agente económico e social de criação de valor, tem sido a principal marca da gestão prevalecte na Ordem e, ano após ano, confirma-se a sua validade mas, sobretudo, o seu reforço.

10. Finalmente, pôde verificar-se que o relatório analisado bem como as contas e anexos que foram apresentados, estão elaborados de forma bem estruturada e transparente e obedecem a todos os requisitos legais e procedimentais adequados e exigidos.

Nestes termos, com estes considerandos, e em síntese, o Conselho Superior da OTOC:

a) Felicita os Órgãos Sociais e, em especial, o seu Bastonário, pelos êxitos e realizações alcançados ao serviço da Ordem, durante o ano de 2014, estimulando-os a que continuem e desenvolvam os objetivos que vêm sendo traçados, em benefício da profissão de contabilista e da plena inserção e acrescida credibilidade, dos respetivos profissionais na sociedade portuguesa;



b) Delibera, por unanimidade, emitir um parecer favorável à aprovação, pela Assembleia Geral da Ordem, sobre o relatório e contas do exercício de 2014, uma vez que as realizações relatadas e escrutinadas, correspondem, quase integralmente, aos objetivos iniciais aprovados e aos meios colocados à disposição para a sua concretização.

Conselho superior

Presidente	Vogal	Rep. do Norte	Rep. do Centro	Rep. do Sul
				
Domingues de Azevedo	Filomena Felgueiras Moreira	José Alberto Pinheiro Pinto	José Neves Raimundo	António Manuel dos Santos Nabo
Rep. da Madeira	Elemento coopado	Elemento coopado	Elemento coopado	Elemento coopado
				
Carlos Pinto	António José Alves da Silva	João Lopes Ribeiro	Avelino Azevedo Antão	Leonel da Silva Pontes



XVI. RELATÓRIO ANUAL DA ATIVIDADE FISCALIZADORA DE 2014

1. INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea d) do art.º 37.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), o Conselho Fiscal (CF) deve elaborar, sempre que o julgue conveniente, relatórios da sua atividade fiscalizadora, sendo obrigatoriamente elaborado um, anualmente, que será apresentado à Assembleia Geral de aprovação de contas, pelo que este relatório visa, precisamente, dar cumprimento a esta última parte.

Considerando que o EOTOC não define o conteúdo deste relatório, o CF entendeu que se justificaria manter, de uma forma geral, o formato dos relatórios dos CF anteriores, pelo que se procede a uma exposição analítica da atividade fiscalizadora desenvolvida.

2. ÂMBITO

No âmbito das alíneas a), b) e c) do art.º 37.º do EOTOC, fiscalizámos o cumprimento do plano de atividades e orçamento, a atividade administrativa do Conselho Diretivo (CD) e examinámos os documentos e os registos contabilísticos.

Em consequência do exame efetuado emitimos o parecer sobre o relatório e contas do CD, nos termos da mencionada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, com data de 11 de março de 2015, cujo conteúdo deve ser tido como integralmente reproduzido.

3. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

3.1 Organização interna do CF

A organização interna do CF obedece a um regulamento de funcionamento aprovado no mandato de 2002-2004.

3.2 Reuniões

Em 2014, o CF realizou 17 reuniões (15 em 2013). Este aumento deve-se ao facto de, durante o ano de 2014, a Ordem ter levado a efeito mais duas assembleias gerais: uma de grande relevância na vida dos TOC devido à inoperacionalidade do portal da Administração Tributária e Aduaneira (AT) e outra com a alteração ao plano de atividades e orçamento para 2014, autorizando o Conselho Diretivo a fazer um investimento em ativos fixos tangíveis de aproximadamente 12 milhões de euros.



3.3 Plano de atividades e orçamento para 2014

Face ao preceituado na alínea a) do art.º 37.º do EOTOC, o CF deve fiscalizar o cumprimento do plano de atividades e orçamento (PAO) da OTOC.

O art.º 37.º do EOTOC não estabelece que o CF deve emitir parecer sobre aqueles documentos, mas, apenas, fiscalizar o seu cumprimento, ou seja, deve pronunciar-se sobre a execução e não sobre, objetivamente, o PAO.

No entanto, a exemplo de anos anteriores, em Assembleia Geral realizada em 13 de dezembro de 2014, o presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou a intervenção do CF no sentido da emissão de um parecer informal sobre o PAO de 2015, tendo o mesmo sido favorável e, pela primeira vez, foi aprovado em Assembleia Geral por unanimidade.

3.4 Acompanhamento das atividades dos outros Órgãos da Ordem

A fiscalização do PAO da Ordem pressupõe que o CF deve supervisionar a atividade de todos os Órgãos da OTOC, pelo que a atuação do CF teve em conta esse pressuposto.

Um dos procedimentos do CF para fiscalização da atividade dos Órgãos da OTOC foi o de analisar as respetivas atas das reuniões, tendo sido verificadas as da Assembleia Geral, do Conselho Diretivo e do Conselho Superior, sobre as quais, sempre que foi julgado conveniente, o CF solicitou esclarecimentos. O atual Conselho Disciplinar mantém a decisão de não disponibilizar as atas das respetivas reuniões, por considerar que a sua atividade assume carácter sigiloso.

Além disso, o CF analisou os relatórios de atividades dos restantes Órgãos, os quais estão em conformidade com as respetivas competências estatutárias, sendo que o relatório de atividades do Conselho Diretivo descreve as suas principais atividades.

3.5 Acompanhamento das atividades dos departamentos internos, comissões técnicas e grupos de trabalhos

Considerando que os departamentos internos, comissões técnicas e grupos de trabalho constituem, essencialmente, estruturas organizacionais de extensão e de apoio à atividade administrativa do Conselho Diretivo e do Bastonário, o CF entende que a sua ação fiscalizadora deve, igualmente, incidir sobre as respetivas atividades, face ao estatuído na parte final da alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, relativamente à referência «fiscalizar a sua atividade administrativa.»

Neste contexto, o CF verificou que os relatórios das atividades das comissões técnicas, reproduzem o trabalho desenvolvido durante o ano, sendo que as principais atividades são descritas no relatório de atividades do Conselho Diretivo.



3.6 Notas de recomendações

O CF tem desempenhado os suas funções de forma proativa reunindo com alguns elementos do CD apresentando sugestões e recomendações.

3.7 Outros procedimentos

Foram desenvolvidos também os seguintes procedimentos complementares de fiscalização:

- a) Reuniões e/ou entrevistas com os diretores e com responsáveis pela área contabilística e financeira e outros colaboradores da OTOC;
- b) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras apresentadas pela Ordem, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa, e os anexos, com a normalização contabilística aplicável às entidades do setor não lucrativo (ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março e, em particular, com os modelos de demonstrações financeiras publicados através da Portaria n.º 105/2011, de 14 de março.
- c) Verificação da conformidade daquelas demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte;
- d) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas da Ordem, bem como da sua divulgação no anexo, designadamente no que concerne a depreciações e amortizações, perdas por imparidade de dívidas a receber, acréscimos e diferimentos ativos e passivos e outras políticas contabilísticas consideradas relevantes;
- e) Análise do sistema de controlo interno contabilístico e administrativo existente na Ordem;
- f) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - Inspeção física dos principais elementos do ativo fixo tangível, confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens;
 - Análise e teste das conciliações bancárias preparadas pelos serviços de contabilidade da Ordem;
 - Análise das situações justificativas das perdas por imparidade em ativos e de provisões para responsabilidades contingentes ou para outros riscos;



- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
- Análise e teste dos vários elementos de gastos e rendimentos registados no período, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo (periodização económica);
- Sugestões de assentos contabilísticos em factos patrimoniais materialmente relevantes, os quais se encontram traduzidos nas demonstrações financeiras apresentadas.

g) Análise do relatório elaborado pelos auditores externos, os quais serviram de base para verificações complementares do CF.

3.8 Certificação legal de contas

Estando a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas sujeita, de acordo com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, à certificação legal das contas, foi atribuída à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, «Oliveira, Reis & Associados, Sroc, Lda.», com sede em Lisboa, inscrita na Ordem dos ROC sob o n.º 23, a emissão da certificação legal das contas de acordo com o Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro (Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro.

4. RELATÓRIO E CONTAS

4.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 contemplam os assentos contabilísticos apresentados pelo CD, salientando-se, porém, os seguintes factos:

a) Com a entrada em vigor, em 1 de janeiro de 2010, do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a Ordem utilizou em 2010 aquele normativo. Porém, com a publicação do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Ordem passou a utilizar, desde o ano de 2011, as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos (ESNL), cujos instrumentos legais publicados são: a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março, quanto aos modelos de demonstrações financeiras; a Portaria n.º 106/2011, de 14 de março, no que respeita ao código de contas; e o Aviso n.º 6 726 – B/2011, de 14 de março, no que concerne à norma contabilística e de relato financeiro para as ESNL;

b) As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo, salientando-se as resultantes da aplicação do regime de acréscimo e da característica qualitativa da prudência (v.g. perdas por imparidade de dívidas a

receber), o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilístico, em prol da imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras da Ordem;

c) Desde o início da atividade da OTOC que os resultados líquidos dos períodos têm registado valores positivos. O resultado líquido do período de 2014, positivo em 229 671 euros é devido, essencialmente, à boa gestão da Ordem;

d) As dívidas de quotizações dos membros em 31 de dezembro de 2014 subiram para 5 010 365 euros (em 2013 eram de 4 470 762 euros), das quais se encontram em imparidade o montante acumulado de 2 714 721 euros;

e) De acordo com a demonstração de fluxos de caixa, registou-se uma variação negativa de 3 380 872 euros, justificada pela variação negativa dos fluxos de caixa das atividades de investimento no valor de 5 642 692, já que os fluxos de caixa das atividades de operacionais e de financiamento foram positivas em 608 740 euros e 1 653 079 euros, respetivamente;

4.2 Relatório de atividades

O CF procedeu à análise do relatório de atividades do Conselho Diretivo (RACD) de 2014, o qual descreve as atividades do Conselho Diretivo e dos restantes Órgãos da OTOC, bem como dos departamentos e comissões técnicas, exceto as do CF as quais estão traduzidas neste relatório.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Como é referido no relatório de atividades do Conselho Diretivo (RACD), o CF sublinha que houve uma boa execução orçamental a nível dos gastos e dos rendimentos.

Lisboa, 11 de março de 2015

Conselho Fiscal,

Presidente	1.º Vogal	2.º Vogal
		
António Joaquim Fernandes Cerqueira	Rita Cordeiro	Tomás Santos



XVII. PARECER DO CONSELHO FISCAL

INTRODUÇÃO

1. Em cumprimento do disposto na alínea c) do art.º 37.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, examinámos o relatório e contas de 2014 do Conselho Diretivo, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras anexas da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), as quais incluem o balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 25 023 876 euros e um total dos fundos patrimoniais de 15 099 706 euros, incluindo um resultado líquido do período de 229 671 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo.

RESPONSABILIDADES

2. Nos termos da alínea c) do art.º 35.º do EOTOC, é da competência do Conselho Diretivo da OTOC a apresentação do relatório e contas e respetivas demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Ordem, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. Estando a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas sujeita, de acordo com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, à certificação legal das contas, foi atribuída à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, «Oliveira, Reis & Associados, Sroc, Lda.», com sede em Lisboa, inscrita na Ordem dos ROC sob o n.º 23, a emissão da certificação legal das contas de acordo com o Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro (Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro.

4. A referida certificação legal das contas, para o período findo em 31 de dezembro de 2014, datada de 10 de março de 2015, foi emitida na modalidade, sem reservas e sem ênfases.

5. A nossa responsabilidade encontra-se consagrada na citada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC e consiste na emissão de parecer sobre o relatório e contas do Conselho Diretivo e, de um modo geral, na fiscalização da sua atividade administrativa.



ÂMBITO

6. Não definindo o EOTOC o conteúdo do parecer nem as normas subjacentes, a fiscalização a que procedemos foi efetuada de acordo com as normas gerais de auditoria aplicáveis, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

7. O relatório anual da atividade fiscalizadora, elaborado por este Conselho Fiscal no âmbito da alínea d) do art.º 37.º do EOTOC, relata, com o pormenor que julgamos adequado às circunstâncias, o trabalho e o âmbito da nossa atividade fiscalizadora.

8. Foi verificada a concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Diretivo com as demonstrações financeiras.

9. Entendemos que a fiscalização efetuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o relatório e contas do Conselho Diretivo de 2014.

PARECER

10. Somos de parecer que o relatório e contas do Conselho Diretivo de 2014 e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da OTOC em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data.

Lisboa, 11 de março de 2015

Conselho Fiscal,

Presidente	1.º Vogal	2.º Vogal
		
António Joaquim Fernandes Cerqueira	Rita Cordeiro	Tomás Santos



XVIII. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Inscrita sob o n.º 23
Auditor (C.M.V.M.)

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSE VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

Membro de / Member of



INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS (OTOC), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 25 023 876 euros e um total de fundos patrimoniais de 15 099 706 euros, incluindo um resultado líquido de 229 671 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Diretivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da OTOC e o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as diretrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizadas na sua preparação;



- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Diretivo com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS (OTOC), em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório do Conselho Diretivo é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 10 de março de 2015

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

José Vieira dos Reis, ROC n° 359